

BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.

Sociedade com o Capital Aberto ao Investimento Público

Sede Social: Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, Edifício BCA, Ponta Delgada

Capital social: 51.892.365 Euros

Pessoa Colectiva n.º 512004528

Matriculado na C.R.C. de Ponta Delgada sob o n.º 1804

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

1º Semestre de 2002

(Publicação referente à actividade desenvolvida durante o primeiro semestre de 2002
efectuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º do Código dos Valores
Mobiliários e no artigo 7º do Regulamento n.º11/2000 da Comissão do Mercado de Valores
Mobiliários)

RELATÓRIO E CONTAS - 1º SEMESTRE DE 2001
(ÍNDICE)

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO
2. SÍNTESE DE INDICADORES DO BANCO
3. ACTIVIDADE DO BANCO NO 1º SEMESTRE
 - 3.1 Linhas gerais de acção
 - 3.2 Actividade Comercial
 - 3.3 Residentes no Exterior
 - 3.4 Marketing
 - 3.5 Banca Remota e Internet
 - 3.6 Actividade das Áreas Centrais e Operativas
 - 3.7 Riscos da Actividade
 - 3.8 Recursos Materiais
 - 3.9 Recursos Humanos
4. ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
5. OUTRAS INFORMAÇÕES
 - 5.1 Informação sobre acções próprias
 - 5.2 Informação nos termos do artigo 7º nº 1 alínea b) do Regulamento nº 11/2000, da CMVM
 - 5.3 Informação nos termos do artigo 7º nº 1 alínea d) do Regulamento nº 11/2000, da CMVM
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 6.1 Balanço e Demonstração de Resultados
 - 6.2 Inventário de Títulos e de Participações Financeiras
 - 6.3 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas
 - 6.4 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 - 6.5 Anexo às Contas
 - 6.6 Demonstração de Fluxos de Caixa
 - 6.7 Demonstração de Resultados por funções
7. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O motor da economia mundial, os Estados Unidos, iniciou o ano de 2002 de forma bem mais promissora do que o resultado alcançado no final do 1º semestre. A economia começou por crescer 6,1% no primeiro trimestre, fruto, em grande medida, do pacote fiscal que o governo anunciou em finais de 2001 para o relançamento económico, e fechou o segundo trimestre com um crescimento de apenas 1,1%. A retoma desta economia é fundamental para o relançamento económico mundial. Desde logo, a retracção na confiança dos consumidores e nas expectativas dos empresários e investidores, no decurso deste primeiro semestre, foi factor decisivo para o arrefecimento verificado no crescimento.

Identificam-se ainda outros factores responsáveis pela evolução registada, designadamente: a deterioração dos resultados alcançados por grandes empresas norte-americanas face aos resultados estimados ao que se acresce o forte endividamento das empresas de telecomunicações e uma consciência mais real da dificuldade na recuperação dos investimentos feitos pela nova economia, arrastando os mercados de capitais para níveis muito baixos. O anúncio de práticas contabilísticas menos claras em grandes empresas americanas ajudou ao arrefecimento da economia no 2º trimestre.

A inflação registou uma subida desde Janeiro deste ano, embora o FED tenha optado por manter praticamente inalteradas as taxas directoras como forma de favorecer a retoma da economia.

Na Zona Euro, com relacionamento muito intenso com a economia norte-americana e grande aproximação entre as políticas do BCE e do FED, o crescimento económico foi bem mais modesto no primeiro trimestre de 2002, ficando-se apenas nos 0,3%. O nível de trocas comerciais, exportações e importações, entre a Zona Euro e os EUA é de tal forma elevado que faz depender, em grande parte, o crescimento deste bloco económico, do crescimento da economia americana. Sem recuperação da confiança e vontade de investir nos EUA, não se dá retoma da confiança no plano europeu. Foi este facto que marcou a estagnação do consumo interno e contribuiu para um ligeiro aumento do desemprego desde o início do ano, que agora se fixa nos 8,3%. A inflação registou uma ligeira redução neste primeiro semestre, cerca de 1,8%.

A economia portuguesa, para além de viver com os constrangimentos dos blocos económicos acima referidos, depara-se com dificuldades de natureza orçamental e de controlo da despesa pública. As conclusões do grupo encarregue da determinação do défice público são ilustradoras desse facto e Portugal apresentou em 2001 um défice de 4,1% do PIB, quando a barreira imposta pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) era de 3%. O reajuste na componente receita por via das correcções fiscais implementadas, designadamente a do IVA, poderá não ter o efeito desejado uma vez que os estímulos sobre a procura interna e o consumo mostram-se diminutos.

No plano regional, a economia dos Açores encontra-se cada vez mais alicerçada nos sectores dos Serviços e Turismo, o qual está a ser alvo de um forte investimento por parte da iniciativa privada. A esse respeito, refira-se que os Açores foram a região do país onde, segundo dados do INE, até Maio, se registou o maior crescimento turístico, cerca de 12%, quer ao nível da procura, quer ao nível das receitas turísticas.

O desemprego encontra-se controlado e a níveis mais moderados que na economia nacional. Em Junho deste ano era de 2,2% na Região e de 4,5% a nível nacional (taxas homólogas). No que concerne ao sector da construção e obras públicas, importante para a economia dos Açores e responsável por uma grande parte do investimento público e privado, a Lei de Estabilidade Orçamental veio ditar constrangimentos que terão efeitos sobre o sector, nomeadamente com cortes de despesa que concerteza terão efeitos sobre a normal execução das obras previstas.

A inflação, cerca de 4% em Julho, não se afigura preocupante estando em consonância com a evolução expectável no início deste ano.

2. SÍNTESE DE INDICADORES DO BANCO

(Milhares de Euros)	1º Semestre 2002	1º Semestre 2001
Activo Líquido	2.337.691	908.159
Crédito Total (líquido de Provisões)	739.502	624.186
Depósitos Totais	762.611	746.850
Capitais Próprios	77.929	72.641
Cash Flow	9.147	8.358
Resultados	3.728	3.649
Nº Empregados	447	451
Pontos de Venda	50	49
Rácio de Solvabilidade	8%	12,1%
Crédito Vencido / Crédito Total	1,8%	2,1%
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	139,2%	110,3%
ROA	0,3%	0,8%
ROE	10%	10,6%

3. ACTIVIDADE DO BANCO NO 1º SEMESTRE

3.1 Linhas Gerais de Acção

Ao longo do 1º semestre de 2002, o Banco Comercial dos Açores prosseguiu a sua orientação estratégica de crescimento orgânico sustentado e direccionada para o cliente. Mantendo a sua vocação de banco regional quanto ao seu mercado alvo, o BCA reforçou a sua oferta de produtos e serviços quer através de desenvolvimento interno, quer através do portfólio das diversas empresas do universo Banif, com as quais o Banco Comercial dos Açores tem crescente interligação.

Este desenvolvimento multiproduto dá, naturalmente, maiores argumentos à relação do Banco com os seus clientes e tem sido complementado por uma lógica multicanal que para além de, hoje, assegurar estrategicamente a abordagem segmentada dos mercados, consoante as necessidades específicas de cada um, também tem sido enriquecida. Exemplo disso é a criação da Rede de Canais Agenciados e, mais recentemente, o lançamento da banca electrónica do BCA que, sob a designação de bcaglob@l veio disponibilizar aos clientes particulares e empresas o acesso remoto a várias opções bancárias.

O desenvolvimento comercial do Banco tem sido, por isso, intenso, sem descurar - pelo contrário, reforçando, - os índices de qualidade do serviço prestado.

O Banco tem mantido o esforço reestruturador, a todos os níveis, procurando, sistematicamente, ganhos de produtividade, seja pelo reforço das suas dotações tecnológicas, seja através dos programas de concentração de processos e serviços.

O comportamento geral da carteira de crédito do Banco tem sido favorável o que, a par da incisiva actuação ao nível do crédito com sinistro, tem permitido atingir indicadores de performance muito razoáveis.

Ainda sinal da actual dinâmica do Banco Comercial dos Açores, registo para o facto de o Banco ser hoje uma sociedade cotada em Bolsa, aliás, a única empresa com sede na Região Autónoma dos Açores a ver as suas acções – excepção feita às detidas pelo Governo da Região, que não o poderiam ser por restrição legal – admitidas à cotação oficial na Euronext Lisboa.

No ano em que comemora o seu 90º Aniversário, o Banco inaugurou a sua sede histórica, na qual passou a disponibilizar publicamente o designado “Espaço Museu BCA”, núcleo museológico onde é possível revisitar quase um século da história do Banco Comercial dos Açores.

Esta é, também, uma forma de expressar a cultura e a filosofia desta Instituição cujo primado é o cliente.

3.2 Actividade Comercial

Na Direcção Comercial dos Açores continuou-se a privilegiar a abordagem segmentada dos mercados e evoluiu-se para a criação da Rede de Canais Agenciados à qual compete a gestão da procura e do negócio a partir de promotores externos ao Banco, numa fase inicial apenas no âmbito do crédito imobiliário, mas com projecto de expansão para outras áreas da actividade comercial.

Face ao fecho do exercício de 2001, não houve alterações no número de pontos de venda do Banco Comercial dos Açores que, assim, serve os seus clientes através de:

- 40 Agências e dependências em todas as ilhas e concelhos da Região
- 5 Centros de Empresas
- 4 Centros de Particulares
- 1 Agência em Lisboa

Fruto do dinamismo comercial existente, a par, naturalmente, do momento económico que a Região atravessa, o crédito a clientes continuou a crescer a um ritmo assinalável: 117,9 milhões de euros na comparação anual; os recursos, na mesma comparação, cresceram de forma mais modesta — 15,8 milhões de euros, correspondente a um crescimento relativo de 18,5% e 2,1%, respectivamente.

Feito, durante o exercício de 2001, o diagnóstico ao nível de Grupo, lançaram-se diversos projectos de desenvolvimento de negócios cruzados entre várias das empresas do Grupo, com a participação activa do Banco Comercial dos Açores. O resultado das vendas tem sido animador e vai continuar a crescer, o que significa maior abrangência da oferta e melhor serviço ao cliente que, hoje, em qualquer ponto de venda do BCA, pode ver correspondida qualquer necessidade de natureza financeira.

3.3 Residentes no Exterior

O Banco mantém as suas representações nos EUA e Canadá, mas também neste domínio está a desenvolver projectos em concertação com o Banif com vista a servir todas as comunidades e não somente as de origem açoriana.

3.4 Marketing

No decurso do 1º Semestre de 2002 foram várias as iniciativas verificadas. Merece destaque a campanha institucional desenvolvida no âmbito das comemorações do 90º Aniversário do Banco, integrando, também, a inauguração do “Espaço Museu BCA”.

Os cartões de crédito do BCA, produto considerado estratégico, a par do Crédito à Habitação e do Crédito Pessoal, tiveram igualmente destaque promocional alargado.

Por fim, registo para a preparação e lançamento promocional do bcaglob@l, que ainda decorre e que será estendida ao longo de todo o presente exercício.

3.5 Banca Remota e Internet

O lançamento da Banca electrónica do BCA, para além de manter a tradição recente do Banco de, em todos os exercícios, enriquecer a sua oferta com novos produtos e serviços, vem traduzir uma opção de modernidade e conveniência em linha, é certo, com os standards do mercado, mas que, ainda assim, não deixa de ser de assinalar numa Instituição de pequena dimensão.

A este propósito é importante notar que o investimento associado a um projecto desta natureza e dimensão teria que ser de natureza grupal para ser possível de equacionar. A sua realização é, assim, também um exemplo do esforço de aproveitamento de sinergias de âmbito grupal.

O site do BCA na Internet, para além de passar a disponibilizar a acessibilidade à banca remota, tem sido enriquecido desde o seu lançamento com novos conteúdos. Decorrem, actualmente, trabalhos preparativos visando o seu refrescamento integral, modernização e maior interacção com o utilizador, num projecto cuja conclusão está prevista para ocorrer até ao final do corrente exercício.

3.6 Actividade das Áreas Centrais e Operativas

Prossegue o esforço de optimização e racionalização dos meios técnicos e humanos afectos ao suporte da actividade, considerado vital para que os índices de rentabilidade e eficiência do Banco sejam compatíveis com o desejável.

Com o objectivo de aumentar a eficácia das operações e de reduzir o seu custo, foi decidido incrementar o investimento em novas funcionalidades da plataforma informática central do Banco. Também a estrutura de comunicações tem sido sistematicamente melhorada o que, entre outras vantagens, permite sinergias com os sistemas informáticos de apoio do Grupo. Destaque, ainda, para a decisão de se proceder a uma auditoria externa à segurança e fiabilidade dos sistemas de informação, na sequência da implementação do novo parque informático do Banco e

da nova infraestrutura de comunicações, bem como à conclusão do projecto de “disaster recovery” e continuidade das operações, também já contratados.

A outro nível, e no que concerne à concentração e partilha de serviços e de tarefas merece destaque o processo, já em curso, da harmonização e integração dos serviços de inspecção e auditoria do Banco Comercial dos Açores com os do Banif, em processo idêntico ao já verificado para as áreas Financeira, de Residentes no Exterior e de Recursos Humanos.

3.7 Riscos da Actividade

A melhoria e sistematização dos métodos de segregação de funções, o reforço das acções de natureza preventiva e pedagógica, o ajustamento dos modelos de análise de risco, a monitorização e acompanhamento no terreno dos dossiers de crédito mais expressivos, a análise macroeconómica e sectorial, têm dominado a intervenção ao nível da gestão corrente dos riscos da actividade. Complementarmente, o ambiente económico que se tem vivido na Região, bem como uma actuação eficaz e rápida aos primeiros sinais de incumprimento, tem permitido que o comportamento geral da carteira de crédito seja favorável, como o comprovam todos os indicadores. De facto, o crédito vencido à data de 30 de Junho de 2002 pesava 1,8% na carteira de crédito contra 2,1% um ano antes. Igualmente é importante notar que o crédito vencido em 30 de Junho de 2002 se mantém praticamente ao mesmo nível do verificado um ano antes (crescimento de 217 mil euros), isto apesar de se verificar um crescimento no crédito sobre clientes superior a 117 milhões de euros.

3.8 Recursos Materiais

Para além da já citada obra de remodelação integral da sua Sede histórica, o Banco mantém um expressivo esforço financeiro e humano na melhoria geral da qualidade, conveniência e modernidade das suas instalações, estejam elas abertas ao público ou somente afectas aos seus colaboradores. De referir o desenvolvimento de novos projectos de remodelações estruturais e de construção de mais agências prevendo-se que até ao final do ano seja possível inaugurar a nova agência de Santa Cruz das Flores e, pelo menos, mais uma agência em S. Miguel.

3.9 Recursos Humanos

No decurso do 1º Semestre, e para além da habitual rotação de colaboradores, passaram à situação de reforma 4 empregados e registaram-se 6 saídas por diversos motivos. Por outro lado, procedeu-se à admissão de 6 novos colaboradores pelo que o efectivo, em 30 de Junho de 2002, era de 447 colaboradores. Um ano antes era de 451 colaboradores, número idêntico ao que se verificou no fecho desse exercício.

O prosseguimento dos processos internos e grupais de racionalização da estrutura, a melhoria das dotações tecnológicas, a prossecução dos objectivos de crescimento e de consolidação da liderança no mercado regional e a melhoria da proposta de valor junto das comunidades emigradas, sintetizam os vectores de orientação estratégica que têm sido observados nos exercícios mais recentes, tendo em vista garantir uma posição competitiva forte e um adequado grau de rentabilidade dos capitais investidos no Banco Comercial dos Açores.

4. ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Balanço

No final do 1º Semestre de 2002, o “Activo Líquido” do BCA ascendia a 2.337.691 milhares de Euros, contra 908.159 milhares de Euros no período homólogo do exercício anterior, o que significa uma subida de 157,4%. Este crescimento do “Activo Líquido” é justificado fundamentalmente por operações de tomadas e cedências de fundos intra Grupo Banif, que adquiriram maior dimensão a partir do início do corrente exercício.

As rubricas “Caixa e Disponibilidades à Vista” e “Outros Créditos s/ Inst. Crédito”, do lado do Activo, e “Débitos para c/ Inst. Crédito”, no Passivo, são os agregados que apresentam maiores taxas de crescimento no contexto do Balanço, entre o final do 1º Semestre de 2001 e o Semestre em análise, em consequência do incremento das operações intra Grupo Banif atrás referidas.

(em milhares de euros)	Activo Líquido		Peso Relativo		Var %
	30-Jun-01	30-Jun-02	30-Jun-01	30-Jun-02	02 / 01
Caixa e Disponibilidades à Vista	41.298	665.909	4,5%	28,5%	1512,4%
Outros Créditos s/ Inst. Crédito	129.746	822.082	14,3%	35,2%	533,6%
Crédito s/ Clientes	624.186	739.502	68,7%	31,6%	18,5%
Aplicações em Títulos	53.315	44.150	5,9%	1,9%	-17,2%
Participações	7.607	7.608	0,8%	0,3%	0,0%
Imobilizações Incorpóreas	1.284	1.526	0,1%	0,1%	18,8%
Imobilizações Corpóreas	24.040	22.299	2,6%	1,0%	-7,2%
Outros Activos	9.253	8.807	1,0%	0,4%	-4,8%
Contas de Regularização	17.430	25.808	1,9%	1,1%	48,1%

O “Crédito s/ Clientes” aumentou o seu saldo em 115.316 milhares de Euros, o que representa uma subida de 18,5% quando comparado com o saldo em 30 de Junho de 2001. Durante o 1º Semestre de 2002, o BCA vendeu 33.795 milhares de Euros de crédito pessoal, dos quais, 6.764 milhares de Euros no âmbito da operação de securitização de crédito “Atlantes Nº 1”, iniciada em 1999, e o restante, 27.031 milhares de Euros, reportam-se a uma nova operação, “Atlantes Nº 2”, que ocorreu no Semestre em análise, ambas organizadas no âmbito do Grupo Banif.

O “Crédito Vencido”, no cômputo do “Crédito Total”, diminuiu 0,3% absolutos, passando de 2,1% em 30 de Junho de 2001, para 1,8% um ano depois, representando um crescimento de 1,7% no total do seu volume, o que confirma uma rigorosa gestão de risco. Relativamente a provisões, o “Crédito Vencido” encontrava-se coberto em 76,8% por provisões específicas e em 139,2% por provisões totais para crédito, contra 58,0% e 110,3%, respectivamente, um ano antes.

<i>(em milhares de euros)</i>	Passivo		Peso Relativo		Var %
	30-Jun-01	30-Jun-02	30-Jun-01	30-Jun-02	02 / 01
Débitos p/ c/ Inst. Crédito	45.274	1.447.901	5,0%	61,9%	3098,1%
Débitos para com Clientes á Vista	237.004	276.164	26,1%	11,8%	16,5%
Débitos p/ c/ Clientes a Prazo	509.846	486.447	56,1%	20,8%	-4,6%
Outros Passivos	4.331	5.290	0,5%	0,2%	22,1%
Contas de Regularização	11.400	15.225	1,3%	0,7%	33,6%
Provisões	6.774	8.295	0,7%	0,4%	22,5%
Fundo p/ Riscos Bancários Gerais	913	464	0,1%	0,0%	-
Passivos Subordinados	19.976	19.976	2,2%	0,9%	0,0%
Capitais Próprios e Resultados	72.641	77.929	8,0%	3,3%	7,3%

Os “Depósitos de Clientes” continuam a sustentar na totalidade o “Crédito a Clientes”, com um grau de transformação de 93% em 30 de Junho de 2002, contra 83,6% na mesma data de 2001. Na comparação anual, os “Depósitos de Clientes” subiram no seu conjunto 2,1%, tendo os “Depósitos à Vista” registado uma subida de 16,5%, enquanto que os “Depósitos a Prazo” desceram 4,6%.

O agregado “Capitais Próprios e Resultados” aumentou 5.288 milhares de Euros, representando uma subida de 7,3%. O aumento verificado reporta-se aos resultados entretanto apurados, deduzidos de dividendos distribuídos.

Os “Fundos Próprios”, calculados nos termos do Aviso nº 12/92, permitiam em 30 de Junho de 2002 um rácio de solvabilidade de 8%, o mínimo exigido pelo Banco de Portugal, contra 12,1% um ano antes. Este comportamento do rácio de solvabilidade justifica-se pela evolução do “Activo Líquido” acima referido.

4.2. Demonstração de Resultados

Margem Financeira e Outros Resultados Correntes

A “Margem Financeira” totalizou 15.376 milhares de Euros até 30 de Junho de 2002, tendo registado uma subida de 3,7% relativamente ao montante apurado no período homólogo de 2001 (14.821 milhares de Euros).

O fraco crescimento da “Margem Financeira” é essencialmente explicado pelo efeito negativo das constantes descidas das taxas de juro, isto apesar do crescimento do crédito, que subiu 18,5% face ao período homólogo.

Os “Outros Resultados Correntes” ascenderam no final do 1º Semestre de 2002 a 5.209 milhares de Euros, traduzindo uma subida de 44,1%, ou seja, um acréscimo de 1.593 milhares de Euros, assim decompostos:

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>30-Jun-01</i>	<i>30-Jun-02</i>	<i>D Abs.</i>	<i>D %</i>
Outros Resultados Correntes	3.616	5.209	1.593	44,1%
Resultados Serviços Bancários	2.494	3.202	708	28,4%
Resultados Operações Financeiras	185	1.694	1.509	815,7%
Recup. Créditos, Juros e Despesas	937	313	-624	-66,6%

Os “Resultados de Serviços Bancários”, que continuam a ser a principal componente deste agregado, apresentaram uma subida de 28,4% face ao mesmo período de 2001, confirmando a consolidação da vertente “prestação de serviços” no negócio do Banco.

O saldo dos “Resultados de Operações Financeiras” passou de 185 milhares de Euros em 30 de Junho de 2001, para 1.694 milhares de Euros um ano depois, reflectindo uma subida de 815,7%.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>30-Jun-01</i>	<i>30-Jun-02</i>	<i>D Abs.</i>	<i>D %</i>
Resultados Operações Financeiras	185	1.694	1.509	815,7%
Rendimento de Títulos	90	348	258	286,7%
Reavaliação Posição Cambial	100	116	16	16,4%
Lucros Carteira Títulos	-245	-92	153	-62,3%
Outros Resultados Financeiros	240	1.322	1.082	450,0%

As componentes “Rendimento de Títulos” e “Outros Resultados Financeiros” foram as principais responsáveis pelo acréscimo registado nos “Resultados em Operações Financeiras”. O aumento dos “Rendimentos de Títulos” foi originado pelo recebimento de dividendos da Companhia de Seguros Açoreana, enquanto que o aumento verificado nos “Outros Resultados Financeiros” decorreu da operação de troca de acções da BVLP com a Euronext, no âmbito da fusão da primeira com a segunda, e a mais-valias obtidas nas operações de securitização de crédito pessoal.

Neste contexto o “Produto Bancário” ascendeu a 20.585 milhares de Euros no final do Semestre em análise, correspondendo a uma subida de 11,7%. A “Margem Financeira” passou a representar 74,7% do “Produto Bancário”, contra 80,4% um ano antes.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>30-Jun-01</i>	<i>%</i>	<i>30-Jun-02</i>	<i>%</i>	<i>D Abs.</i>	<i>D %</i>
Produto Bancário	18.437	100,0%	20.585	100,0%	2.148	11,7%
Margem Financeira	14.821	80,4%	15.376	74,7%	555	3,7%
Outros Resultados Correntes	3.616	19,6%	5.209	25,3%	1.593	44,1%
Resultados Serviços Bancários	2.494		3.202		708	28,4%
Resultados Operações Financeiras	185		1.694		1.509	815,7%
Recup. Créditos, Juros e Despesas	937		313		-624	-66,6%

Custos Administrativos

Em consequência do Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal, de 23 de Novembro, o BCA passou a contabilizar em «Resultados Extraordinários - Perdas relativas a exercícios anteriores» a amortização anual do acréscimo de responsabilidades resultantes de programas de reformas antecipadas e da insuficiência de cobertura de RSPA (responsabilidades de serviços passados de activos) em 31/12/94. Este procedimento foi iniciado em Janeiro de 2002, mas para efeitos desta análise comparativa dos agregados da “Demonstração de Resultados”, estendemos aquela reclassificação ao 1º Semestre de 2001.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>30-Jun-01</i>	<i>30-Jun-02</i>	<i>Var. Abs</i>	<i>Var. %</i>
Custos Administrativos	10.079	11.438	1.359	13,5%
Custos com Pessoal	6.905	7.177	272	3,9%
Remunerações e Encargos	6.174	6.392	218	3,5%
Contribuição Fundo Pensões	731	785	54	7,4%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	3.174	4.261	1.087	34,2%

As “Remunerações e Encargos” subiram 3,5%, principalmente devido aos encargos decorrentes com a progressão na carreira, conforme previsto no ACTV para o Sector, pois até final do 1º Semestre de 2002 só foi contabilizada a actualização salarial referente a 2002 relativa a dois meses.

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência geradas no exercício, subiram 7,4% entre 30 de Junho de 2001 e a mesma data de 2002, correspondendo a um aumento de 54 milhares de Euros.

Os “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” apresentam uma subida de 34,2%, passando de 3.174 milhares de Euros para 4.241 milhares de Euros. Os custos com comunicações, aquisição de serviços especializados e publicidade, foram os principais responsáveis pelo aumento verificado.

Cash Flow de Exploração

Até final do 1º Semestre o negócio gerado pelo BCA proporcionou um “Cash Flow de Exploração” no valor de 9.147 milhares de Euros, mais 9,4% do que no período homólogo de 2001.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>30-Jun-01</i>	<i>30-Jun-02</i>	<i>Var. Abs</i>	<i>Var. %</i>
Margem Financeira	14.821	15.376	555	3,7%
+ Outros Resultados Correntes	3.616	5.209	1.593	44,1%
= Produto Bancário	18.437	20.585	2.148	11,7%
- Custos Administrativos	-10.079	-11.438	-1.359	13,5%
= Cash Flow de Exploração	8.358	9.147	789	9,4%
- Amortizações	-1.050	-1.311	-261	24,9%
- Provisões	-1.158	-2.249	-1.091	94,2%
+ Resultados Extraordinários	-1.288	-844	444	-34,5%
= Resultados Antes Impostos	4.862	4.743	-119	-2,4%
- Impostos s/ Lucros	-1.213	-1.015	198	-16,3%
= Resultados Líquidos	3.649	3.728	79	2,2%

O aumento do “Cash Flow de Exploração” foi conseguido com a contribuição positiva da “Margem Financeira” e dos “Outros Resultados Correntes” no valor de 555 e 1.593 milhares de Euros, respectivamente, juntamente com o aumento dos “Custos Administrativos” em 1.359 milhares de Euros.

Provisões

Durante o 1º Semestre de 2002 foram constituídas provisões no valor de 4.632 milhares de Euros, das quais 2.383 milhares de Euros foram repostas ou anuladas. Relativamente ao mesmo período do ano anterior, as provisões líquidas aumentaram 1.091 milhares de Euros, cerca de 94,2%.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>Provisões do Exercício</i>	<i>Reposição e Anulação</i>	<i>Provisões Líquidas</i>
Cobrança Duvidosa e Vencido	2.739	587	2.152
Depreciação Títulos	874	529	345
Outras Aplicações	0	8	-8
Depreciação Imobilizado Financeiro	4	5	0
Risco País	29	1.251	-1.222
Riscos Gerais Crédito	987	4	982
Total	4.632	2.383	2.249

Resultados Extraordinários

Conforme atrás referido, os “Resultados Extraordinários” passaram a ser afectados pela contabilização da amortização anual do acréscimo de responsabilidades resultantes de programas de reformas antecipadas e da insuficiência de cobertura de

RSPA (responsabilidades de serviços passados de activos) em 31/12/94. Para efeitos de comparação estendeu-se esta reclassificação a 2001.

As componentes dos “Resultados Extraordinários” relativas a contribuições para o Fundo de Pensões, mantiveram-se entre os períodos em análise.

<i>(em milhares de euros)</i>	<i>30-Jun-01</i>	<i>30-Jun-02</i>	<i>Var. Abs</i>	<i>Var. %</i>
Resultados Extraordinários	-1.288	-844	444	-34,5%
Contribuições Extraordinárias	-874	-864	11	-1,2%
Responsabilidades Serv. Passados 31/12/94	-360	-360	0	0,0%
Outros Resultados Extraordinários	-53	380	433	-817,6%

Os “Outros Resultados Extraordinários” apresentam um aumento considerável, passando de -53 milhares de Euros para +380 milhares de Euros, devido principalmente, a mais-valias realizadas nas vendas de participações financeiras e de bens imobilizados durante o 1º Semestre de 2002.

No 1º Semestre do ano em curso, o BCA apurou um “Resultado Líquido” no valor de 3.649 milhares de Euros, mais 2,2% do que no mesmo período de 2001.

5. OUTRAS INFORMAÇÕES

5.1 Informação sobre acções próprias

Nos termos do n.º2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que o Banco Comercial dos Açores, S.A., (BCA) não detinha acções próprias em 30 de Junho de 2002, não se tendo verificado qualquer movimento dessas acções durante o período a que se refere o presente relatório semestral.

5.2 Informação nos termos do artigo 7º n.º1 alínea b) do Regulamento n.º11/2000, da CMVM

Informação sobre o número de valores mobiliários emitidos pelo BCA e por sociedades que com ele estejam em relação de domínio ou de grupo, detidos, adquiridos, onerados ou transmitidos por titulares dos órgãos sociais durante o período a que se refere o presente relatório, em conformidade com os elementos disponíveis na sociedade.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Prof. Doutor José Manuel Monteiro da Silva

Detinha, em 30/06/02, 650 acções do BCA, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Arqtº Francisco Gomes de Menezes

Detinha, em 30/06/02, 1.200 acções do BCA, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. Carlos Alberto Costa Martins

Detinha, em 30/06/02, 2.026 acções do BCA e 2.100 acções da Banif - S.G.P.S., S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque

Detinha, em 30/06/02, 7.315 acções do BCA e 93.492 acções da Banif – S.G.P.S., S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Detinha, em 30/06/02, 2.080 acções do BCA e 69.000 acções da Banif – S.G.P.S., S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Detinha, em 30/06/02, 600 acções do BCA e 5.000 acções da Banif – S.G.P.S., S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Detinha, em 30/06/02, 1.410 acções do BCA, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. Carlos David Duarte Almeida

Detinha, em 30/06/02, 579 acções do BCA e 15.000 acções da Banif – S.G.P.S., S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. Eduardo da Silva Vieira

Detinha, em 30/06/02, 7.499 acções do BCA, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

CONSELHO FISCAL**Dr. Carlos Alberto Rosa**

Detinha, em 30/06/02, 2.480 acções do BCA e 16.518 acções da Banif – S.G.P.S., S.A., não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

Dr. José Pedro Lopes Trindade

Detinha, em 30/06/02, 5.503 acções do BCA, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o período em apreço.

5.3 Informação nos termos do artigo 7º n.º1 alínea d) do Regulamento n.º11/2000, da CMVM

Informação sobre os accionistas titulares de participações qualificadas no BCA, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em conformidade com os elementos disponíveis na sociedade.

Accionistas	Junho de 2002	
	N.º de acções	% direitos de voto
Banif Comercial - SGPS, S.A.		
- directamente (*)	7.079.492	68,21
- através dos membros dos órgãos sociais da Banif Comercial – SGPS, S.A.	11.064	0,1
Total Imputável	7.090.556	68,22
Região Autónoma dos Açores		
- directamente	1.556.782	15
Total Imputável	1.556.782	15
Investaor, SGPS, S.A.		
- directamente	713.913	6,879
- através dos membros dos órgãos sociais da Investaor, SGPS, S.A.	20.399	0,2
Total Imputável	734.312	6,881

(*) Esta participação era detida, até 31 de Março de 2002, pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., cuja denominação passou a partir de 1 de Abril de 2002 para Banif SGPS, S.A., a qual detém 100% do capital social e direitos de voto da Banif Comercial –SGPS, S.A.

Ponta Delgada, 21 de Agosto de 2002

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Horácio da Silva Roque – Presidente _____

Joaquim Filipe Marques dos Santos – Vice-Presidente _____

António Manuel Rocha Moreira – Vice-Presidente _____

Carlos David Duarte de Almeida _____

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral _____

Eduardo da Silva Vieira _____

A C T I V O	ANO			ANO ANTERIOR	P A S S I V O	ANO	ANO ANTERIOR
	ACTIVO BRUTO	AMORT./PROV.	ACTIVO LIQUIDO	(LIQUIDO)			
1. Caixa e disp. em bancos centrais	32,003		32,003	27,203	1. Débitos p/ c/ inst. de crédito.....	1,447,901	45,274
2. Disp. à vista s/ inst. crédito.....	633,906		633,906	14,095	a) - À vista.....	34,018	1,272
3. Outros créditos s/ inst. crédito.....	822,082		822,082	129,746	b) - A prazo ou com pré-aviso.....	1,413,883	44,002
4. Créditos sobre clientes.....	749,629	10,127	739,502	624,186	2. Débitos para com clientes.....	762,611	746,850
5. Obrig. e outros tit. rendimento fixo.....	35,129	769	34,360	46,240	a) - Depósitos de poupança.....	52,323	50,191
a) Obrig. e outros títulos rendimento fixo - de emissores públicos.....	14,152	238	13,914	21,044	b) - Outros débitos.....	710,288	696,659
b) Obrig. e outros títulos rendimento fixo - de outros emissores.....	20,977	531	20,446	25,196	ba) - À vista.....	276,164	237,004
(Dos quais: Obrigações próprias).....	(0)	(0)	(0)	(0)	bb) - A prazo.....	434,124	459,655
6. Acções / títulos rendimento variável....	11,142	1,352	9,790	7,075	3. Débitos representados por títulos.....	0	0
7. Participações.....	7,659	51	7,608	7,607	a) - Obrigações em circulação.....	0	0
8. Partes do capital - empresas coligadas...	0	0	0	0	b) - Outros.....	0	0
9. Imobilizações incorpóreas.....	5,144	3,618	1,526	1,284	4. Outros passivos.....	5,290	4,331
10. Imobilizações corpóreas.....	40,973	18,674	22,299	24,040	5. Contas de regularização.....	15,225	11,400
(Dos quais: Imóveis).....	(21,682)	(3,607)	(18,075)	(19,741)	6. Provisões p/ riscos e encargos.....	8,295	6,774
11. Capital subscrito não realizado.....	0	0	0	0	a) - Provisões para pensões e encargos similares.....	0	0
12. Acções próprias / partes cap. próprias...	0	0	0	0	b) - Outras provisões.....	8,295	6,774
13. Outros activos.....	9,399	592	8,807	9,253	6A. Fundo p/ riscos bancários gerais.....	464	913
14. Contas de regularização.....	25,808	0	25,808	17,430	8. Passivos subordinados.....	19,976	19,976
16. Prejuízo do exercício.....	0	0	0	0	9. Capital subscrito.....	51,892	51,892
TOTAL do ACTIVO.....	2,372,874	35,183	2,337,691	908,159	10. Prémios de emissão.....	0	0
					11. Reservas.....	6,954	6,277
					12. Reservas de reavaliação.....	2,190	2,190
					13. Resultados transitados.....	13,165	8,633
					14. Lucro do exercício.....	3,728	3,649
					TOTAL do PASSIVO.....	2,337,691	908,159

* Inclui as Sucursais Financeiras da Zona Franca de Stª Maria e de Cayman.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

Serviço de Contabilidade

Maria Fernanda T. Ramos de La C. Gomes

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	
1. Passivos Eventuais	78,444
Dos quais:	
- Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescatados.....	0
- Cauções e activos dados em garantia.....	0
2. Compromissos	194,571
Dos quais:	
- Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra.....	0

Horácio da Silva Roque
Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos

Carlos David Duarte de Almeida

Eduardo da Silva Vieira

António Manuel Rocha Moreira

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

D É B I T O	ANO	ANO ANTERIOR	CRÉDITO	ANO	ANO ANTERIOR
A. CUSTOS			B. PROVEITOS		
1. Juros e custos equiparados.....	32,490	12,114	1. Juros e proveitos equiparados.....	47,866	26,935
2. Comissões.....	311	221	Dos quais: (- de títulos de rendimento fixo).....	(1,032)	(1,381)
3. Prejuízos em operações financeiras.....	624	3,197	2. Rendimento de Títulos.....	348	90
4. Gastos gerais administrativos.....	11,438	11,314	a) - Rendimento de acções, de quotas e de de outros títulos de rendimento variável.....	19	29
a) - Custos com pessoal.....	7,177	8,140	b) - Rendimento de participações.....	329	61
Dos quais: (- salários e vencimentos).....	(5,453)	(5,294)	c) - Rendimento de partes de capital em empresas coligadas.....	0	0
(- encargos sociais).....	(1,715)	(2,841)	3. Comissões.....	2,243	1,710
Dos quais: (- c / pensões).....	(785)	(1,966)	4. Lucros em operações financeiras.....	1,970	3,292
b) - Outros gastos administrativos.....	4,261	3,174	5. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos.....	2,378	2,363
5. Amortizações do exercício.....	1,311	1,050	6. Reposições e anulações respeitantes a correções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas.....	5	0
6. Outros custos de exploração.....	16	55	7. Outros proveitos de exploração.....	1,743	2,101
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos.....	4,628	3,521	8. Resultado da actividade corrente.....	0	0
8. Provisões para imobilizações financeiras.....	4	0	9. Ganhos extraordinários.....	500	284
10. Resultado da actividade corrente.....	5,731	5,019	11. Resultado do exercício.....	0	0
11. Perdas extraordinárias.....	1,344	337			
13. Impostos sobre lucros.....	1,015	1,213			
14. Outros impostos.....	144	104			
15. Resultado do exercício.....	3,728	3,649			
TOTAL.....	57,053	36,775	TOTAL.....	57,053	36,775

* Inclui as Sucursais Financeiras da Zona Franca de Stª Maria e de Cayman.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Horácio da Silva Roque

Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos

António Manuel Rocha Moreira

Carlos David Duarte de Almeida

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo da Silva Vieira

Serviço de Contabilidade

Maria Fernanda T. Ramos de La Cerda Gomes

6.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

**6.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras
em 30 de Junho de 2002**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT.	VALOR NOMINAL	VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO					0.00
Títulos de rendto.fixo - emitidos por residentes					0.00
De dívida pública portuguesa.....					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos.....					
De outros emissores públicos nacionais.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De outros residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
Títulos rendto. fixo-emitidos por não residentes					0.00
De emissores públicos estrangeiros.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De organismos financeiros internacionais.....					
De outros não residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
Valores de rendimento variável					0.00
Emitidos por residentes.....					
- Acções.....					
- Quotas.....					
- Títulos de Participação.....					
- Unidades de Participação.....					
- Outros valores.....					
Emitidos por não residentes.....					
- Acções.....					
- Quotas.....					
- Títulos de Participação.....					
- Unidades de Participação.....					
- Outros valores.....					
Títulos subordinados					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
Títulos próprios					
De rendimento fixo.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De rendimento variável.....					
- Acções					
- Títulos de participação					
- Outros títulos.....					

**6.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras
em 30 de Junho de 2002**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT.	VALOR NOMINAL	VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
B. TÍTULOS - INVESTIMENTO					46,270,484.04
Títulos de rendto. fixo - de emissores públicos					14,151,832.32
De dívida pública portuguesa.....					10,960,917.43
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					10,960,917.43
Obrig. Tes. O.T. Fevereiro/1997-2007	521,243,900	EUR	0.01	108.90%	5,676,486.81
Obrig. Tes. O.T. Setembro/1998-2013	498,798,000	EUR	0.01	105.94%	5,284,430.62
De outros emissores públicos nacionais.....					3,190,914.89
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					3,190,914.89
Obrig. GRA/1992-2005 - 1ª Emissão	19,951,916	EUR	0.01	99.30%	198,127.51
Obrig. GRA/1993-2005 - 1ª Emissão	199,519,159	EUR	0.01	100.00%	1,995,191.59
Obrig. GRA/1996-2006	99,759,579	EUR	0.01	100.00%	997,595.79
De emissores públicos estrangeiros.....					0.00
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
Títulos de rendto. fixo - de outros emissores					18,031,634.00
Emitidos por residentes.....					16,242,088.48
- A curto prazo.....					6,700,000.00
<i>Papel Comercial</i>					
EDA-ELECTRICIDADE DOS AÇORES 18ª EM	2,500,000	EUR	1.00		2,500,000.00
LISGRÁFICA, S A	350,000	EUR	1.00		350,000.00
SOMAGUE ENGENHARIA, S A	750,000	EUR	1.00		750,000.00
MUNDILEASING- SOC LOC FINANCEIRA 2ª EM	950,000	EUR	1.00		950,000.00
MUNDILEASING- SOC LOC FINANCEIRA 13ª EM	2,150,000	EUR	1.00		2,150,000.00
- A médio e longo prazos.....					9,542,088.48
Obrig. Cx. Banif Europa Rend. Garant.-2003	15,225	EUR	50.00	100.00%	761,250.00
Obrig. Cx. Banco Finantia/1997-2002	124,699,474	EUR	0.01	99.99%	1,246,918.67
Obrig. Cx. BNC/1999-2003	5,000	EUR	50.00	100.00%	250,000.00
Obrig. Cx. CEMG/1998-2003	99,759,579	EUR	0.01	100.00%	997,595.79
Obrig. EDP/1996-2006 - 22ª Emissão	30,925,470	EUR	0.01	100.00%	309,254.70
Obrig. Imoloc/1998-2003	135,000	EUR	1.87	99.99%	252,433.09
Obrig. Petrogal, SA./1994-2004 -1ª Emissão	49,879,790	EUR	0.01	100.00%	498,797.90
Obrig. Petrogal, SA./1996-2003 -1ª Emissão	24,939,895	EUR	0.01	100.00%	249,398.95
Obrig. Petrogal, SA./1996-2003 -2ª Emissão	52,348,839	EUR	0.01	100.00%	523,488.39
Obrig. Sonae Industria/1998-2003-C/ Warrants	2,487,006	EUR	0.01	100.00%	24,870.06
Obrig. Modelo Continente/1995-2003	24,939,895	EUR	0.01	100.00%	249,398.95
Obrig. Mundicenter/1997-2004	100,000	EUR	4.99	100.00%	499,000.00
Obrig. Fnacinveste/91	38,761,585	EUR	0.01	100.00%	387,615.85
Obrig. Cobre/87 - Série A	2,493,989	EUR	0.01	100.00%	24,939.89
Obrig. Agerg	2,493,989	EUR	0.01	100.00%	24,939.89
Topinvest/98 1ª Serie	5	EUR	498,797.90	100.00%	2,493,989.50
Topinvest/98 3ª Serie	3	EUR	249,398.95	100.00%	748,196.85
Emitidos por não residentes.....					1,789,545.52
- Por organismos financeiros internacionais.....					1,290,747.62
Obrig. BEI/1996-2006	74,819,685	EUR	0.01	107.20%	802,045.63
Obrig. BEI/1999-2007	49,600,000	EUR	0.01	98.53%	488,701.99
- Por outros não residentes.....					498,797.90
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					498,797.90
Obrig. Bayerische Hypoteken/1997-2007	49,879,790	EUR	0.01	100.00%	498,797.90

**6.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras
em 30 de Junho de 2002**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT.	VALOR NOMINAL		VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO		VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
Valores de rendimento variável							11,141,971.16
Emitidos por residentes.....							5,549,962.43
- Acções.....							1,509,733.64
PORTUGAL TELECOM	18,495	EUR	1.00	EUR	9.05	EUR 7.15	167,367.59
INAPA	90,000	EUR	4.99	EUR	5.47	EUR 4.30	492,600.00
EDP - NOM	100,000	EUR	1.00	EUR	3.01	EUR 1.96	300,650.00
PT MULTIMÉDIA	3,500	EUR	1.00	EUR	16.45	EUR 8.95	57,575.00
SONAE SGPS - NOM	106,000	EUR	1.00	EUR	0.98	EUR 0.57	103,380.00
IMPRESA SGPS - NOM	20,270	EUR	1.00	EUR	7.00	EUR 2.50	141,809.00
SEMAPA SGPS	58,265	EUR	1.00	EUR	3.97	EUR 4.69	231,162.05
PT MULTIMÉDIA-SUBSCRIÇÃO	1,750	EUR	1.00	EUR	8.68	EUR 8.39	15,190.00
- Quotas.....							
- Títulos de participação.....							
- Unidades de participação.....							4,040,228.79
Banifundo Obrig. Brasil	99,759	EUR	5.00	EUR	5.00	EUR 5.078	498,795.00
Banifundo Estratégia Conservadora	29,927	EUR	5.00	EUR	5.00	EUR 4.841	149,635.00
Banifundo Estratégia Equilibrada	19,951	EUR	5.00	EUR	5.00	EUR 3.917	99,755.00
Banifundo Estratégia Agressiva	9,975	EUR	5.00	EUR	5.00	EUR 2.714	49,875.00
Banifundo Euro Acções	299,278	EUR	5.00	EUR	5.00	EUR 2.332	1,496,390.00
Banif Imogest	69,805	EUR	24.94	EUR	25.01	EUR 25.921	1,745,778.79
- Outros valores.....							
Emitidos por não residentes.....							5,592,008.73
- Acções.....							146,289.49
EBOOKERS	17,640	GBP	0.028	EUR	8.29	EUR 8.40	146,289.49
- Quotas.....							
- Títulos de participação.....							
- Unidades de participação.....							1,952,882.22
Portugal Equity Fund	1,000	EUR	100.00	EUR	100.00	EUR 93.94	100,000.00
European Equity Fund	1,000	EUR	100.00	EUR	100.00	EUR 83.81	100,000.00
European Bond Fund	3,000	EUR	100.00	EUR	100.00	EUR 100.96	300,000.00
European Money Market Fund	3,000	EUR	100.00	EUR	100.00	EUR 100.38	300,000.00
Balanced Strategy Fund	1,500	USD	100.00	USD	100.00	USD 95.82	150,375.94
Aggressive Strategy Fund	1,000	USD	100.00	USD	100.00	USD 89.80	100,250.63
Conservative Strategy Fund	2,000	USD	100.00	USD	100.00	USD 100.37	200,501.25
Braslian Equity Fund	1,000	USD	100.00	USD	100.00	USD 68.73	100,250.63
Braslian Bond Fund	3,000	USD	100.00	USD	100.00	USD 91.45	300,751.89
Braslian Money Market Fund	3,000	USD	100.00	USD	100.00	USD 99.20	300,751.88
- Outros valores.....							3,492,837.02
Obrig. Atlantes nº1 Residual Certificates	270,000,000	EUR	0.01		66.40%		1,792,837.02
Atlantes Finance nº 2 Class D	68	EUR	25,000.00		100.00%		1,700,000.00
Títulos subordinados							2,945,046.56
- A curto prazo.....							
- A médio e longo prazos.....							2,945,046.56
Obrig. Cx. Sub. BCP/1995-2005	74,819,685	EUR	0.01		99.91%	99.00%	747,524.97
Obrig. Cx. Sub. BIC/1995-2002	179,881,486	EUR	0.01		99.99%	99.50%	1,798,658.36
Obrig. Cx. Sub. ESSI/1996-2006	8,000	EUR	49.88		99.96%	98.50%	398,863.23
Títulos próprios							0.00
De rendimento fixo.....							
- A curto prazo.....							
- A médio e longo prazos.....							
De rendimento variável.....							
- Acções.....							
- Títulos de participação.....							
- Outros títulos.....							

**6.2. Inventário de Títulos e de Participações Financeiras
em 30 de Junho de 2002**

(em euros)

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	QUANT.	VALOR NOMINAL	VAL. MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR DE COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
C. TÍTULOS A VENCIMENTO					0.00
De emissores públicos					0.00
De dívida pública portuguesa.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De outros emissores publicos nacionais.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De emissores publicos estrangeiros.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
De outros emissores					0.00
Emitidos por residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
Emitidos por não residentes.....					
-Por organismos financeiros internacionais.....					
-Por outros não residentes.....					
- A curto prazo.....					
- A médio e longo prazos.....					
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS					7,659,476.29
Participações					7,659,476.29
- Em instituições de crédito no País.....					2,000,000.00
Banif - Banco de Investimentos, SA	400,000	EUR	5.00	EUR 5.00	2,000,000.00
- Em instituições de crédito no Estrangeiro.....					
- Em outras empresas no País.....					5,631,153.78
Atlântico Clube Int. Férias Açores	250	EUR	4.99	EUR 4.99	1,246.99
Cabo TV Açoreana, SA	66,000	EUR	5.00	EUR 5.39	355,543.14
CINAÇOR-Soc. Teatro e Cinema Açores,SA	20	EUR	1.25	EUR 4.99	99.76
NORMA Açores-Soc. Est. Apoio Des. Reg.,SA	10,000	EUR	5.00	EUR 4.99	49,879.79
SIBS-Soc. Interbancária de Serviços,SA	68,957	EUR	5.00	EUR 4.47	308,459.80
SOGEO-Soc. Geotermica dos Açores, SA	24,529	EUR	5.00	EUR 4.99	122,350.14
TRANSINSULAR (Açores)-Transp.M.Insul.,SA	2,000	EUR	5.00	EUR 5.49	10,973.55
UNICRE-Cartão Internacional de Crédito, SA	8,250	EUR	5.00	EUR 29.21	240,979.24
BANIF Açor-Pensões-Soc.Gest. F.Pensões, SA	40,000	EUR	5.00	EUR 6.01	240,267.01
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,020,000	EUR	5.00	EUR 4.22	4,301,354.36
- Em outras empresas no Estrangeiro.....					28,322.51
COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-Fall River	1,000	USD	1.00	1,002.51	1,002.51
COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-S.José Calif.	100	USD	1.00	100.25	100.25
S.W.I.F.T.	1	EUR	125.00	EUR 718.89	718.89
EURONEXT NV	19,553	EUR	1.00	EUR 0.84	16,500.86
BANIF-INFORMATION AND TECHNOLOGY	10,000	EUR	1.00	EUR 1.00	10,000.00
Partes de Capital em empresas coligadas					
- Em instituições de crédito no País.....					
- Em instituições de crédito no Estrangeiro.....					
- Em outras empresas no País.....					
- Em outras empresas no estrangeiro.....					
- Outras imobilizações financeiras.....					
TOTAL...					53,929,960.32

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

(em euros)

CONTAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	REGULARIZ.	ABATES LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO EM 30.06.02
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES (LÍQUIDO)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	4,586,667.79	3,264,997.00	1,155.28	0.00	137,009.95	353,495.74	0.00	0.00	1,106,340.28
Trespases	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Despesas de estabelecimento	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Custos plurianuais	1,868,744.94	1,293,606.70	0.00		137,009.95	141,262.62	0.00	0.00	570,885.57
Despesas de investigação e desenvolvimento	701,920.01	233,973.36	0.00		0.00	139,821.66	0.00	0.00	328,124.99
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	1,932,054.78	1,694,641.65	1,155.28		0.00	61,182.52	0.00	0.00	177,385.89
Outras	83,948.06	42,775.29	0.00		0.00	11,228.94	0.00	0.00	29,943.83
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	39,404,698.26	18,255,055.14	554,242.11	0.00	94,148.04	957,839.95	0.00	385,478.93	20,454,714.39
Imóveis de serviço próprio	19,996,580.90	3,335,347.57	0.00		0.00	175,427.01	0.00	381,060.98	16,104,745.34
Despesas em edifícios arrendados	686,157.09	303,640.03	0.00		0.00	34,307.88	0.00	0.00	348,209.18
Outros imóveis	10,622.87	10,622.87	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento	18,622,179.61	14,605,444.67	550,215.32		94,148.04	748,105.06	0.00	4,417.95	3,908,575.29
Património artístico	88,983.21	0.00	4,026.79		0.00	0.00	0.00	0.00	93,010.00
Outras imobilizações corpóreas	174.58	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	174.58
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	1,633,484.16	0.00	902,759.89	0.00	-231,157.99	0.00	41,233.75	0.00	2,263,852.31
Imobilizações incorpóreas	351,557.90	0.00	66,616.41		-137,009.95	0.00	0.00	0.00	281,164.36
Imóveis	976,632.77	0.00	644,962.05		0.00	0.00	0.00	0.00	1,621,594.82
Equipamento	0.00	0.00	423.26		0.00	0.00	0.00	0.00	423.26
Património artístico	0.00	0.00	0.00		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras imobilizações corpóreas	305,293.49	0.00	52,648.18		-94,148.04	0.00	41,233.75	0.00	222,559.88
Adiantamentos por conta de imobilizações	0.00	0.00	138,109.99		0.00	0.00	0.00	0.00	138,109.99
TOTAIS	45,624,850.21	21,520,052.14	1,458,157.28	0.00	0.00	1,311,335.69	41,233.75	385,478.93	23,824,906.98

6.4- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2002

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota Introdutória

A Banif-Comercial,SGPS, SA é a principal accionista do Banco, detendo 68,21% do Capital Social.

Os direitos da Região Autónoma dos Açores, na qualidade de accionista do Banco, com 15,00% do Capital Social, estão estipulados no Decreto-Lei nº 91/95, de 9 de Maio, dos quais se destacam o direito de veto em deliberações da Assembleia Geral, referido no artigo 5º deste decreto e o poder de designar um dos membros do Conselho de Administração.

Os Trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes e público em geral detêm uma posição de 9,91%

1 - Principais Critérios Contabilísticos

a) Geral

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção contabilística do custo histórico, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas, em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artº 115º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

As demonstrações financeiras integram as operações realizadas pelas Sucursais Financeiras da Zona Franca de S. Maria (Offshore) e de Cayman, o que representa a actividade global do Banco. Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminadas no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras são os a seguir indicados.

b) Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e custos relativos a juros gerados por operações activas e passivas, reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.

Os restantes proveitos e custos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

c) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”. Os Activos e os Passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em euros ao câmbio médio informativo de cada dia, divulgado pelo Banco de Portugal. As diferenças apuradas na actualização cambial são registadas mensalmente como proveitos ou custos.

d) Títulos de Negociação, de Investimento e Participações Financeiras

Os Títulos de Negociação de Rendimento Variável, que fazem parte dos índices PSI30 e PSI20, são registados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base na cotação do mercado. As diferenças de reavaliação apuradas são registadas em Contas de Proveitos ou Custos. Se os títulos não estiverem inseridos nos índices (PSI30 e PSI20) então as diferenças entre o custo de aquisição e o seu valor de mercado são registadas em Contas Internas e de Regularização e só são relevadas em Custos ou Proveitos após a efectivação da venda.

Os Títulos de Investimento de Rendimento Fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados pelo valor de aquisição e os emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (nominal). A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado na ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e data do seu vencimento.

Os Títulos de Investimento de Rendimento Variável são mantidos ao custo de aquisição. As menos valias resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado estão integralmente cobertas por provisões.

As Participações Financeiras são mantidas ao custo de aquisição e as diferenças entre o valor contabilístico e o valor de mercado estão registadas de acordo com o Aviso nº 4/2002, do Banco de Portugal.

e) Juros

Os juros decorrentes das operações activas e passivas são contabilisticamente relevados como Custos e Proveitos, dia a dia, independentemente do momento do seu vencimento.

Não são registados em Proveitos os juros vencidos e não pagos de crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, excepto quando os créditos sejam sobre as entidades referidas no nº 1 do artº 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, ou com garantia das mesmas.

f) Imóveis e equipamento

O Imobilizado Corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1992 encontra-se registado ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis. Os aumentos subsequentes estão registados ao custo de aquisição, com excepção dos Imóveis de Serviço Próprio, em utilização, que foram reavaliados com referência a 31 de Dezembro de 1997, nos termos do Decreto - Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

As Imobilizações Incorpóreas referem-se essencialmente aos investimentos em software informático e são amortizadas em 3 e 6 anos.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, em regime duodecimal.

g) Provisões

Nos termos dos Avisos nº 3/95 e 4/2002 e da Instrução nº 27/2000, ambas do Banco de Portugal, o Banco constituiu as seguintes provisões:

i) Provisões para Crédito e Juros Vencidos

Destina-se a cobrir os riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital e juros. De acordo com os procedimentos adoptados, sempre que existam prestações vencidas, a totalidade do respectivo crédito é classificado como vencido. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o seu vencimento e do facto de estarem ou não cobertas por garantias de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Adicionalmente, o Banco tem constituídas provisões para créditos ainda não vencidos, mas que apresentam risco de incobrabilidade.

ii) Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentam prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

São considerados como créditos de cobrança duvidosa as prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente, pelo menos, 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisões para Risco País

Decorrente das instruções do Banco de Portugal, o Banco constituiu provisões para Activos Financeiros detidos sobre residentes de países considerados de risco.

iv) Provisões para Participações Financeiras

Nos termos do Aviso nº 4/2002, do Banco de Portugal, o Banco constituiu provisões para as menos-valias latentes de participações financeiras.

v) Provisões para Riscos Gerais de Crédito

Encontra-se incluída no passivo, na rubrica “Provisões para riscos e encargos - outras provisões”, uma provisão genérica para fazer face a riscos não realizados do crédito concedido, garantias e avals prestados e compromissos irrevogáveis.

O montante a aprovisionar é calculado por aplicação de uma percentagem de 1,5% sobre o crédito concedido ao consumo e 1% sobre o restante crédito concedido, incluindo o representado por garantias e avals e compromissos irrevogáveis, em conformidade com o disposto no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal.

vi) Provisões para Riscos Bancários Gerais

O Banco constituiu provisões para fazer face a menos valias estimadas em um imóvel de serviço próprio, que se encontra desocupado, mas em fase de alienação.

h) Pensões de Reforma e Sobrevivência

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, o Banco assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias, uma vez que estes não se encontram integrados no sistema nacional de segurança social.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, foi constituído pelo Banco, em 30 de Dezembro de 1988, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro, um Fundo de Pensões autónomo. A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

A partir do exercício de 2001, inclusivé, a cobertura destas responsabilidades e o reconhecimento do custo com as contribuições para o Fundo de Pensões passaram a observar o regime estabelecido no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, de 23 de Novembro. Nos termos do nº 7 deste Aviso, deverá ser efectuada uma avaliação actuarial com referência ao final de cada exercício. Contudo e atendendo que as contas do Banco relativas ao 1º semestre de 2002 foram objecto dum *full audit*, efectuou-se uma avaliação actuarial com referência a 30 de Junho de 2002.

Em 30 de Junho de 2002, o Fundo abrangia uma população de 159 Pensionistas e 447 Activos.

As responsabilidades e respectivas coberturas eram naquela data:

Responsabilidades	
Valor Actual das Pensões em Pagamento	27.476
Valor Actual da Responsabilidade por Serviços	27.953
Total	55.429
Cobertura das Responsabilidades	
Valor do Fundo de Pensões	45.872
Saldo Plano Amortização (al.c), nº1 do Aviso 12/2001)	5.876
Valores a Pagar	2.201
Total	53.949
Diferença	1.480

O plano de amortização, previsto na alínea c) do nº 1 do Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, respeita à insuficiência de financiamento das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, e que está a ser reconhecido como custo e financiado de acordo com aquele plano de amortização, de prestações uniformes por 20 anos, que termina em 31/12/2014.

Os Valores a Pagar correspondem à parte não financiada das responsabilidades, nos termos do nº 5º do Aviso 12/2001, que se encontram reconhecidas como um passivo do Banco, relevadas na conta “395- Outras Exigibilidades – Contribuições para Fundo de Pensões”.

A diferença de cobertura de responsabilidades corresponde às Perdas Actuais verificadas no 1º semestre, que serão registadas pelo Banco, no final do corrente exercício, em conta específica de “Flutuação de Valores”, por não ultrapassar os limites do “corredor” fixado na alínea e) do nº 1) do nº 2º do Aviso 12/2001, acrescendo ao montante de 2.939 milhares de euros, apurado no final do exercício anterior.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 30 de Junho de 2002, era de 23.998 milhares de euros.

No 1º semestre de 2002, o Banco reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

Custo do serviço corrente	587
Custo dos juros	1.580
Rendimento esperado dos activos do Fundo	1.382
Custo dos serviços passados (al. c) do nº 1º do Aviso	360
Custo de programas de reformas antecipadas	864
Total	<u>2.009</u>

Durante o 1º semestre de 2002, o Fundo de Pensões pagou pensões no valor de 936 milhares de euros e recebeu contribuições no valor de 1.192 milhares de euros, relativas a contribuições extraordinárias. As contribuições foram realizadas por numerário.

O Banco utiliza, por arrendamento, dois imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 1.197 milhares de euros.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na avaliação actuarial, com referência a 30 de Junho de 2002, foram:

Método de valorização actuarial:	Unit Credit Projected (UCP)
Taxa de desconto:	6,00%
Taxa de rendimento esperado dos activos do fundo:	6,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários e out.	3,00%
Taxa esperada de crescimento das pensões:	2,00%
Tábua de mortalidade:	TV 73/77
Tábua de invalidez:	EVK 80
Tábua de turnover:	Não aplicada
Tipo de decrementos utilizados:	Invalidez 3) artº 7º Aviso

Os principais valores efectivamente verificados no 1º semestre de 2002 foram:

Taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões:	1,28%
Taxa de crescimento dos salários e out. benef.:	3,27%
Taxa de crescimento das pensões:	5,36%
Taxa de mortalidade:	1,45‰
Taxa de invalidez:	1,64‰
Taxa de turnover:	1,56%

i) Bens obtidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados, obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados em “Outros Activos” pelo valor de arrematação, por contrapartida da respectiva conta de crédito vencido.

Caso o valor de mercado dos bens recuperados seja inferior aos montantes registados nesta rubrica, as respectivas menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

j) Registo de operações de factoring

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança sem recurso, bem como a parte adiantada das facturas tomadas com recurso, são registadas no activo, na rubrica de “Créditos sobre Clientes”, por contrapartida da rubrica de “Outros Passivos” . Os adiantamentos efectuados sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring são deduzidos à rubrica de “Outros Passivos”.

Os valores das facturas tomadas com recurso, que não foram objecto de adiantamento, são registados em contas extrapatrimoniais, sendo regularizados à medida que as facturas são liquidadas.

k) Fundo de Garantia de Depósitos

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas Instituições de Crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, efectuada através da entrega de títulos de depósito, foi amortizada por um período de 60 meses.

Adicionalmente, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo do exercício a que se referem.

Ao abrigo do disposto no artº 161 do Decreto Lei nº 298/92 e no nº 12 do Aviso 11/94, de 29 de Dezembro, com a redacção dada pelo Aviso 4/96, de 20 de Setembro, o Banco substituiu o pagamento de um montante equivalente a 75% das contribuições relativas a 2002 por compromissos irrevogáveis, caucionados por títulos de depósito.

2 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

	06/2002	06/2001
- Notas e Moedas Nacionais	4.632	3.129
- Notas e Moedas Estrangeiras	645	1.114
- Depósitos à Ordem no B.P.	26.726	22.960
	32.003	27.203

3 - Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

		06/2002	06/2001
Disponibilidades sobre Instituições	- Depósitos à Ordem	621.749	6.180
De Crédito no País	- Valores a Cobrar	8.397	5.286
		630.146	11.466
Disponibilidades sobre Instituições	- Depósitos à Ordem	2.348	1.334
De Crédito no Estrangeiro	- Valores a Cobrar	1.412	1.295
		3.760	2.629
		633.906	14.095

4 - Outros Créditos Sobre Instituições de Crédito

		06/2002	06/2001
Aplicações em Inst. Crédito no	- Mercado M. Interbancário	- - -	20.000
País	- Títulos de Depósito	11.529	13.281
	- Empréstimos Curto Prazo	25.269	439
	- Aplicações Curto Prazo	5.705	4.355
	- Empréstimos Médio Prazo	43.581	32.136
	- Depósitos a Prazo	735.998	- - -
		<u>822.082</u>	<u>70.211</u>
Aplicações em Inst. Crédito no	- Depósitos a Prazo	- - -	59.535
Estrangeiro		- - -	59.535
		<u>822.082</u>	<u>129.746</u>
		<u><u>822.082</u></u>	<u><u>129.746</u></u>
		06/2002	06/2001
O escalonamento dos valores	- Até 3 meses	772.553	84.329
desta rubrica, por prazos residuais	- De 3 meses a 1 ano	39.767	1.641
para o vencimento apresenta-se	- De 1 a 5 anos	9.762	43.776
da seguinte forma:	- Mais de 5 anos	- - -	- - -
		<u>822.082</u>	<u>129.746</u>
		<u><u>822.082</u></u>	<u><u>129.746</u></u>

A rubrica Aplicações em Instituições de Crédito no País - Títulos de Depósito corresponde aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal e subscritos pelo Banco na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo Aviso 7/94, de 19 de Outubro, do Ministério das Finanças. Do valor global dos títulos de depósito, em 30 de Junho de 2002, o montante de 1.109 milhares de euros está a caucionar o compromisso irrevogável de pagamento de parte das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos; e o montante de 9.976 milhares de euros foi dado como garantia para colateralizar uma linha de crédito irrevogável junto do Banco de Portugal, no âmbito do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções.

5 - Créditos Sobre Clientes

		06/2002	06/2001
Esta rubrica tem a seguinte composição:	- Desconto Comercial	14.782	10.967
	- Crédito Titulado p/Efeitos	12.609	13.828
	- Créditos em C/Corrente	112.278	90.870
	- Descobertos em DO	13.762	12.296
	- Créditos Tomados - Factoring	54.984	40.022
	- Outros Créditos	528.034	450.757
		736.449	618.740
	- Crédito e Juros Vencidos	13.180	12.963
		749.629	631.703
	- Provisão p/ Crédito, Juros Ven. e		
	Créditos Cobrança Duvidosa	10.127	7.517
O escalonamento dos créditos por prazos de vencimento apresenta-se da seguinte forma	- Até 3 meses	92.486	60.230
	- De 3 meses a 1 ano	152.640	81.715
	- De 1 a 5 anos	104.136	160.632
	- Mais de 5 anos	387.187	316.163
	- Duração indeterminada		
	(Crédito Vencido)	13.180	12.963
		749.629	631.703

A exemplo de outros grupos financeiros nacionais, o Grupo Banif, através do Deutsche Bank, concretizou duas operação de titularização de créditos pessoais e de contratos de leasing, em 17 de Novembro de 1999 e em 10 de Maio de 2002, designadas “Atlantes N° 1” e “Atlantes N° 2”, respectivamente..

Na operação “Atlantes N° 1”, no valor de 200 milhões de Euros, estiveram envolvidas, na qualidade de cedentes de créditos pessoais, o Banif (com cerca de 57,5 milhões de Euros), o Banco Comercial dos Açores (com cerca de 32,1 milhões de Euros) e a Mundicre (com cerca de 25,5 milhões de Euros) e, na qualidade de cedente de contratos de leasing, a Mundileasing (com cerca de 84,9 milhões de Euros).

Esta operação “Atlantes N° 1” tem uma duração máxima prevista de 9,5 anos e um período de revolving de 2,5 anos, que terminou em Maio p.p., durante o qual as entidades envolvidas puderam proceder, trimestralmente, à alienação de novos créditos pessoais e contratos de leasing, destinados a substituir os créditos e contratos entretanto reembolsados. Esta faculdade de reposição do valor dos créditos e contratos cedidos estava condicionada à verificação de uma série de condições

relacionadas com as características desses créditos e contratos e à manutenção de níveis de delinquência e de contencioso dentro de limites máximos definidos na documentação da operação. De notar que esta faculdade de reposição foi exercida pelas empresas do Grupo Banif na sua totalidade.

No âmbito da operação “Atlantes Nº 2”, no valor total de 300 milhões de Euros, foram já cedidos créditos no valor de 150 milhões de Euros, estando envolvidas, na qualidade de cedentes de créditos pessoais, o Banif (com cerca de 65,4 milhões de Euros) e o Banco Comercial dos Açores (com cerca de 24,6 milhões de Euros) e, na qualidade de cedente de contratos de leasing, a Mundileasing (com cerca de 60,0 milhões de Euros).

Esta operação “Atlantes Nº 2” tem igualmente uma duração máxima prevista de 9,5 anos e um período de revolving de 2,5 anos, existindo ainda a possibilidade de, no prazo de um ano após a data da primeira cedência, efectuar uma nova cedência de créditos no valor de 150 milhões de Euros, atingindo-se, assim, o valor global da operação de 300 milhões de Euros.

À semelhança do verificado na operação “Atlantes Nº 1”, durante período de revolving da operação “Atlantes Nº 2”, as entidades envolvidas podem proceder, trimestralmente, à alienação de novos créditos pessoais e contratos de leasing, destinados a substituir os créditos e contratos entretanto reembolsados. Esta faculdade de reposição do valor dos créditos e contratos cedidos está também condicionada à verificação de uma série de condições relacionadas com as características desses créditos e contratos e à manutenção de níveis de delinquência e de contencioso dentro de limites máximos definidos na documentação da operação.

No âmbito desta operação “Atlantes Nº 2” e ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Fundo Atlantes Finance No. 2, administrado pela Servimédia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu aos cedentes os créditos pessoais e os contratos de leasing, financiando-se através da emissão de unidades de participação do Fundo.

Através destas operações de titularização o risco associado aos créditos pessoais e aos contratos de leasing cedidos pelas entidades do Grupo Banif foi integralmente transferido para sociedades veículo, no caso da operação “Atlantes Nº 1”, para a sociedade Atlantes No. 1 Limited sediada em Jersey, nas Ilhas do canal, e no caso da “Atlantes Nº 2”, para a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, sediada em Dublin, na Irlanda.

Para se financiar a sociedade Atlantes No. 1 Limited emitiu títulos de dívida (Notes) no valor global de 200 milhões de Euros, com uma vida máxima de 9,5 anos, garantidos exclusivamente por

esses créditos pessoais e contratos de leasing, e Certificados Residuais (Residual Certificates), títulos com maior grau de subordinação e sem notação de rating, com um valor nominal de 16,768 milhões de Euros e a mesma maturidade.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, para se financiar, emitiu igualmente títulos de dívida (Notes) no valor global de 160,325 milhões de Euros, com uma vida máxima de 9,5 anos, garantidos exclusivamente por esses créditos pessoais e contratos de leasing. O montante referido inclui 10,325 milhões de Euros de Class D Notes, títulos com maior grau de subordinação e sem notação de rating que foram adquiridos por entidades do Grupo Banif.

As sociedades Atlantes No. 1 Limited e Atlantes Finance No. 2 Plc terão como única actividade deter as carteiras de créditos pessoais e de contratos de leasing vendidas pelo Grupo Banif, pelo que o pagamento do capital e juros das Notes emitidas por estas entidades dependerá exclusivamente dessas carteiras e dos valores obtidos com a emissão dos Residual Certificates e das Class D Notes.

O Grupo Banif não poderá assim ser responsabilizado por um eventual montante de incumprimentos das carteiras de crédito ao consumo e de contratos de leasing vendidas, superiores aos valores de Balanço dos referidos Residual Certificates e Class D Notes nos seus livros.

Dos 200 milhões de Euros de Notes emitidas pela Atlantes No. 1 Limited foram atribuídas, pelas Agências de Rating Standard & Poor's e Fitch IBCA, as notações de rating "AAA" a 182 milhões de Euros (Senior Secured Floating Rate Notes), "AA" a 10 milhões de Euros (Mezzanine Secured 5,515% Notes) e "A" a 8 milhões de Euros (Junior Secured Floating Rate Notes). As Notes com as notações de rating "AAA" e "A" foram emitidas a taxas de juro variáveis indexadas à taxa Euribor a 3 meses, enquanto que as Notes com a notação de rating "AA" foram emitidas a taxa fixa.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu 150 milhões de Euros de Notes com as seguintes notações de rating atribuídas pelas Agências de Rating Standard & Poor's, Moody's e Fitch IBCA: "AAA" a 139,5 milhões de Euros (Class A Secured Floating Rate Notes); "A", "A1" e "A+", respectivamente, a 7,35 milhões de Euros (Class B Secured Floating Rate Notes); e "BBB", "Baa2" e "BBB", respectivamente, a 3,15 milhões de Euros (Class C Secured Floating Rate Notes). Todas estas Notes com notação de rating foram emitidas a taxas de juro variáveis indexadas à taxa Euribor a 3 meses.

As remunerações dos Residual Certificates e das Class D Notes são variáveis e dependentes do comportamento dos créditos cedidos, correspondendo às mais valias e aos lucros residuais apurados nas Sociedades Veículo, sendo pagas trimestralmente e reconhecidas como proveito na conta de exploração das entidades detentoras.

As Notes com notação de rating, emitidas pelas referidas sociedade veículo, foram integralmente colocadas pelo Deutsche Bank nos mercados financeiros internacionais, pelo que nenhuma sociedade do Grupo Banif as detém nos seus activos ou as transaccionou até 30 de Junho de 2002.

Os Residual Certificates e as Class D Notes, por outro lado, são detidos na sua totalidade por sociedades do Grupo Banif, sendo o seu valor de balanço em 30 de Junho de 2002 de cerca de 11,134 milhões de Euros e 10,325 milhões de Euros, respectivamente. De referir que, actualmente, os Residual Certificates representam, na sua quase totalidade, as disponibilidades de caixa (Cash Reserve) da sociedade veículo (10 milhões de Euros), o mesmo se verificando com parte substancial do valor das Class D Notes (5,775 milhões de Euros).

Para além das já referidas entidades do Grupo Banif, que intervêm nestas operações de titularização na dupla qualidade de entidades cedentes dos créditos e de agentes administradores (servicers) dos mesmos por conta e em representação das sociedades Atlantes No. 1 Limited e Atlantes Finance No. 2 Plc, e da Servimédia – SGFTC, SA, na sua qualidade de sociedade gestora do Fundo Atlantes Finance No. 2, intervêm ainda nesta operação várias entidades do Grupo Deutsche Bank, na qualidade de entidades adquirentes, agentes, agentes pagadores, gestores de liquidez (cash administrators), contrapartes de swaps e trustees.

Pelo serviço administrativo de gestão e cobrança dos créditos objecto das operações de titularização, cada entidade do Grupo Banif que efectuou a venda dos créditos pessoais ou dos contratos de leasing recebe, anualmente, uma comissão (Servicing Fee) de 1% do valor da carteira por si titularizada.

No registo destas transacções e dos fluxos associados, têm sido seguidos pelas sociedades do Grupo Banif os princípios e políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, tendo, assim, os activos cedidos deixado de constar dos balanços das entidades cedentes, estando registados em contas de ordem e sendo imediatamente reconhecidos como proveitos as diferenças entre o valor nominal dos créditos cedidos e o valor da cedência. No que respeita ao provisionamento dos activos cedidos tem sido seguido o disposto no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 27/2000 do Banco de Portugal.

Neste contexto e com referência a 30 de Abril de 2002, data do ultimo rollover efectuado até 30 de Junho de 2002, a sociedade veículo Atlantes nº 1, Limited tinha riscos associados a contratos de crédito pessoal cedidos pelo Banco Comercial dos Açores, SA no valor de cerca de 30,6 milhões de Euros, com uma duração média remanescente de 37,8 meses e uma taxa de juro média ponderada de 11,664%.

Com referência a 10 de Maio de 2002, data de início da operação “Atlantes nº 2”, a sociedade veículo Atlantes Finance No. 2 Plc tinha riscos associados a contratos de crédito pessoal cedidos pelo Banco Comercial dos Açores, SA no valor de cerca de 24,6 milhões de Euros, com uma duração média remanescente de 51,7 meses e uma taxa de juro média ponderada de 10,626%.

Em 30 de Junho de 2002, o Banco Comercial dos Açores, SA tinha registado na sua carteira de títulos: Residual Certificates emitidos pela Atlantes nº 1, Limited com um valor nominal inicial de 2.700 milhares de Euros e com um valor de Balanço de 1.793 milhares de Euros; e Class D Notes emitidos pela Atlantes Finance No. 2 Plc, com um valor nominal e de balanço de 1.700 milhares de Euros.

6 - Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Participações Financeiras, constante do ponto 6.2. Sinteticamente a sua composição é a seguinte:

		06/2002	06/2001
Tit.Rend.Fixo Emit. por Residentes :			
Emissores Públicos	- Títulos Dív. Pública Port.	10.961	16.157
	- Outros Emissores Públicos	3.191	5.322
		<u>14.152</u>	<u>21.479</u>
Outros Emissores Residentes	- Obrigações de Caixa	3.256	5.353
	- Outras Obrigações	2.607	2.691
	- Papel Comercial	6.700	2.500
	- Outros Títulos	3.242	3.242
	- Títulos Subordinados	2.945	2.944
	- Outras Obrig.Vencidas	438	438
		<u>19.188</u>	<u>17.168</u>
Tit.Ren.Fixo Emitidas por não Residentes:	- Emissores Públicos Estrangeiros	- - -	101
	- Org. Finan.Internacionais	1.291	1.303
	- Outros não Residentes	498	8.491
		<u>1.789</u>	<u>9.895</u>
		<u>35.129</u>	<u>48.542</u>

Em 30 de Junho de 2002, a rubrica Títulos de Dívida Pública Portuguesa inclui 30 milhares de euros que estão a caucionar o compromisso irrevogável de pagamento constituído no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores e 359 milhares de euros que estão a caucionar o compromisso irrevogável de pagamento de parte das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos.

As provisões para obrigações de rendimento fixo, em 30 de Junho de 2002, referem-se a :

		06/2002
- De emissores públicos	- Obrigações Tesouro Fev 97/07	36
	- Obrigações Tesouro Set98/13	172
	- Obrigações GRA 93/05	30
- De outros residentes	- Obrigações Cx. BNC	1
	- Obrigações Cx. Sub.BIC	9
	- Obrigações Petrogal	1
	- Obrigações Mundicenter	1
	- Obrigações Modelo Continente	1
	- Obrigações Cx. B. Finantia	3
	- Obrigações Cx. CEMG	2
	- Obrigações Cx. ESSI	6
	- Obrigações Cx. BCP	6
	- Obrigações Imoloc	63
- Títulos Vencidos	- Fnacinvest/91	388
	- Cobre/87-Série A	25
	- Agerg	25
		769

Os títulos vencíveis em 2002 são os seguintes:

Tipo	Quantidade	Montante (em EUR)
-Títulos de Depósito	176.674.040	1.766.740
		1.766.740

As diferenças, em 30/06/2002, entre o valor contabilístico dos títulos de investimento e o seu valor nominal, apresentam-se da seguinte forma:

- Títulos adquiridos por valor superior ao seu valor nominal	814
- Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor nominal	10

As diferenças, em 30/06/2002, entre o valor contabilístico dos títulos de investimento e o seu valor de mercado, apresentam-se da seguinte forma:

- Títulos adquiridos por valor superior ao seu valor de mercado	332
- Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor de mercado	56

7 - Acções e outros títulos de rendimento variável

		06/2002	06/2001
A composição desta rubrica do Balanço encontra-se discriminada no Inventário de Títulos e Part.Financeiras constantes do ponto 6.2 sendo:	-Acções emitidas p/ residentes	1.510	1.496
	-Unidades de Participação	4.040	4.289
		5.550	5.785
	-Acções emitidas p/ não residentes	146	149
	-Unidades de Participação	1.953	- - -
	- Outros Valores	3.493	2.006
		5.592	2.155
		11.142	7.940

		06/2002
O valor de aquisição destes títulos é, em 30/06/2002, superior ao do seu valor de mercado em 1.352.638 euros. As provisões para depreciação de títulos decompõem-se, em 30/06/2002, da seguinte forma:	- Impresa SGPS	91
	- Banif-Estratégia Conservadora	5
	- Banif-Estratégia Equilibrada	22
	- Banif-Estratégia Agressiva	23
	- Banif-Euro Acções	798
	- Portugal Equity Fund	6
	- European Equity Fund	16
	- Portugal Telecom	35
	- Sonae SGPS	43
	- PT Multimedia	26
	- PT Multimedia Subscrição	1
	- EDP	105
	- INAPA	106
	-Balanced Strategy Fund	6
	-Aggressive Strategy Fund	10
	-Brazilian Equity Fund	31
	-Brazilian Bound Fund	26
	-Brazilian Money Market Fund	2
		1.352

8 - Participações

		06/2002	06/2001
A composição desta rubrica do Balanço	- Em Inst.Credito no País	2.000	---
Encontra-se discriminada no Inventário de	- Em empresas no País	5.631	7.656
de Títulos e Participações Financeiras	- Em empr.no estrangeiro	28	2
constantes do ponto 6.2 sendo :		<u>7.659</u>	<u>7.658</u>

As provisões para depreciação de Participações Financeiras, decompõem-se, em 30/06/2002, da seguinte forma:

	06/2002
- SOGEO-So. Ge.Aço,SA	46
- Atlântico Club I. Férias	1
- Cinaçor-So. T. Cin. Açores	---
-Unicre-cartão Inter.Crédito	4
	<u>51</u>

9 - Partes de Capital em Empresas Coligadas

Não existem partes de Capital em Empresas Coligadas.

10 - Imobilizações Incorpóreas

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no mapa de Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas constante no ponto 6.3.

11 - Imobilizações Corpóreas

A composição desta rubrica encontra-se discriminada no mapa de Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas constantes do ponto 6.3.

12 – Outros Activos

	06/2002	06/2001
- Devedores	4.034	3.730
-Ouro,O.Metais Pre.,Num. e Med.e Outras		
Disponibilidades	367	295
- Outras aplicações	4.998	5.838
	<u>9.399</u>	<u>9.863</u>
- Provisões p/o aplicações	<u>592</u>	<u>610</u>

13 - Contas de Regularização

	06/2002	06/2001
- Proveitos a receber	10.365	4.138
- Despesas c/custo diferido	10.791	11.300
- O/contas regularização	1.713	1.992
- Flutuação de Valores	2.939	---
	<u>25.808</u>	<u>17.430</u>

14 - Débitos para com Instituições de Crédito

		06/2002	06/2001
O saldo dos depósitos para com Instituições de Crédito decompõe-se da seguinte forma:	À vista		
	- No país	24.507	861
	- No estrangeiro	9.511	411
		<u>34.018</u>	<u>1.272</u>
	A Prazo		
	No País		
	- Mercado M.Interbancário	76.500	10.000
	- Dep.Prazo e O/recursos	33.588	33.905
		<u>110.088</u>	<u>43.905</u>
	No estrangeiro		
	-Recursos muito curto prazo	609.071	---
	-Empréstimos	13.000	---
	- Dep. prazo e O/recursos	681.724	97
		<u>1.303.795</u>	<u>97</u>
		<u>1.447.901</u>	<u>45.274</u>
		06/2002	06/2001
Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:	- Até 3 meses	1.434.901	13.138
	- De 3 meses a 1 ano	13.000	---
	- De 1 a 5 anos	---	32.136
		<u>1.447.901</u>	<u>45.274</u>

15 - Débitos para com clientes

		06/2002	06/2001
O saldo dos débitos para com clientes decompõe-se da seguinte forma:	- Depósitos à Ordem	276.164	237.004
	- Depósitos a Prazo	432.445	458.122
	- Depósitos de Poupança	52.323	50.191
	- Cheques O. a Pagar	1.673	1.527
	- Outros Recursos	6	6
		<u>762.611</u>	<u>746.850</u>
Quanto ao prazo residual para o vencimento, a situação apresenta-se da seguinte forma:	- Até 3 meses	575.195	554.716
	- De 3 meses a 1 ano	187.399	192.112
	- De 1 a 5 anos	17	22
		<u>762.611</u>	<u>746.850</u>

16 - Débitos representados por títulos

Não existem débitos representados por títulos.

17 - Outros Passivos

	06/2002	06/2001
- Credores	2.368	2.484
- Exigibilidades diversas	2.922	1.847
	<u>5.290</u>	<u>4.331</u>

18 - Contas de Regularização

	06/2002	06/2001
- Receitas c/Prov.Diferido	509	407
- Custos a Pagar	10.198	5.857
- Resp. c/Férias e Sub.Férias	1.681	1.504
- O/ Contas Regularização	2.837	3.632
	<u>15.225</u>	<u>11.400</u>

19 - Provisões

	Saldo em 31/12/01	Constituição ou Reforço	Utilizações ou Reposições	Saldo em 30/06/02
Para Crédito e Juros vencidos	7.907	2.622	534	9.995
Para Crédito Cobrança Duvidosa	79	117	105	91
Para Títulos Vencidos	437	---	---	437
Para Depre.de Tít. Inv. Rend.Fixo				
- Residentes	43	64	13	94
- Emissores Públicos	264	294	320	238
- Não Residentes	---	---	---	---
Para depre.de Tít. Inv. Rend.Var.				
- Residentes	1.137	416	299	1.254
- Não Residentes	94	100	96	98
Para outras Aplicações	621	---	29	592
Para Risco País	1.263	29	1.251	41
Para Imobilizações Financeiras	51	4	4	51
Para Riscos Gerais de Crédito	7.238	986	4	8.220
Para Ris.Banc.Gerais/Out.Ris.Enca.	688	---	149	539
	19.822	4.632	2.804	21.650

20 - Passivos Subordinados

Os Passivos Subordinados correspondem a três emissões de obrigações de caixa subordinadas nas seguintes condições:

i) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/98 Taxa Variável - 1998 - 2008

Em 27 de Novembro de 1998, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 1.000.000 contos representado por 100.000 títulos de 10.000\$00 cada.

Em 25 de Outubro de 2001, procedeu-se à redenominação deste empréstimo obrigacionista, passando esta emissão a estar representada por 498.797.897 obrigações de valor nominal de um cêntimo, no montante total de 4.987.978,97 euros.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 27 de Maio e 27 de Novembro e foram calculados, para o 1º cupão, com base na taxa de 4,5%, e para os cupões seguintes a taxa de juro nominal é a que resulta da média aritmética simples das taxas Lisbor a

6 meses, registadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao penúltimo dia útil anterior ao início do período semestral de contagem de juros, adicionada de 0,5% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. As taxas dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º cupões foram, respectivamente, de 3,1875%, 4,0625%, 5,25%, 5,75%, 5,125%, 3,875% e 4,25%. O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 27 de Novembro de 2008, podendo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º, 16º e 18º cupões.

ii) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/00 Taxa Variável - 2000 - 2010 - 1ª Emissão

Em 23 de Outubro de 2000, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 1.000.000 contos representado por 100.000 títulos de 10.000\$00 cada.

Em 25 de Outubro de 2001, procedeu-se à redenominação deste empréstimo obrigacionista, passando esta emissão a estar representada por 498.797.897 obrigações de valor nominal de um cêntimo, no montante total de 4.987.978,97 euros.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 23 de Abril e 23 de Outubro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º, 2º, 3º e 4º cupões foram de 5,847%, 5,369%, 4,249 % e 4,322%.

iii) Obrigações de Caixa Subordinadas BCA/00 Taxa Variável - 2000 - 2010 - 2ª Emissão

Em 4 de Dezembro de 2000, o Banco emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 10.000.000 Euros representado por 200.000 títulos de 50 Euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 4 de Junho e 4 de Dezembro e são calculados, durante os cinco primeiros anos de vida do empréstimo, à taxa equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,75%. A partir do 11º cupão (inclusive) e até ao final da vida do empréstimo, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. As taxas de juro do 1º, 2º, 3º e 4º cupões foram de 5,848%, 5,258% , 4,037% e 4,438%.

21 - Capital

O Capital Social subscrito e realizado está representado por 10.378.473 acções de valor nominal unitário de 5 euros cada.

22 - Prémios de Emissão

Não existem prémios de emissão.

23 - Custos com o Pessoal

	06/2002	06/2001
- Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização	641	611
- Remuneração dos empregados	4.812	4.683
- Fundo de Pensões	785	1.966
- Outros Encargos	939	880
	<u>7.177</u>	<u>8.140</u>

24 - Outros Custos de Exploração

	06/2002	06/2001
- Donativos e Quotizações	13	39
- Outros	3	16
	<u>16</u>	<u>55</u>

25 - Perdas Extraordinárias

	06/2002	06/2001
-Menos-Valias venda Imobilizado	- - -	1
- Prejuízos de Exerc. Anteriores	1.252	259
- Outros	92	77
	<u>1.344</u>	<u>337</u>

26 - Outros Proveitos de Exploração

	06/2002	06/2001
- Proveitos p/ Prestação Serviços	28	32
- Reembolso de Despesas	775	572
- Rendimento de Imóveis	8	38
- Recuperação crédito, juros e despesas	313	937
- Outros Proveitos	619	522
	<u>1.743</u>	<u>2.101</u>

27 - Ganhos Extraordinários

	06/2002	06/2001
- Lucro na Venda de Imóveis	441	83
- Lucro de Exercícios Anteriores	35	166
- Outros	24	35
	<u>500</u>	<u>284</u>

28 - Distribuição dos Proveitos por Mercados Geográficos

	Bca/País RAA	BCA/País Continente	Soma	SFE/S.M Cayman	Total
- Juros e Proveitos equiparados	21.889	1.084	22.973	24.893	47.866
- Rendimento Títulos Rend. Variável	348	---	348	---	348
- Comissões	2.215	28	2.243	---	2.243
- Lucros em Operações Financeiras	1.928	---	1.928	42	1.970
- Outros Proveitos de exploração	1.672	71	1.743	---	1.743

29 - Operações a Prazo por Vencer

Não se verificam situações desta natureza à data do encerramento do Balanço.

30 - Quadros de Pessoal

		De 01/01/02 a 30/06/02	De 01/01/01 a 30/06/01
	- Entradas	6	2
	- Saídas	10	4
	- Reformas	----	----
	- Óbitos	----	1
	- Número de efectivos	447	451
		06/2002	06/2001
No final do semestre os efectivos distribuem-se do seguinte modo pelas várias categorias profissionais :	- Direcção	21	22
	- Técnicos	19	21
	- Quadros Intermédios	113	104
	- Empregados Grupo I	278	286
	- Empregados Grupo II	1	1
	- Empregados Grupo III	9	11
	- Empregados Grupo IV	6	6
		447	451

31 - Créditos sobre Empresas Participadas

- Unicre - Cartão Internacional Crédito, SA	269
- SOGEO-Sociedade Geotérmica dos Açores,SA	622
- Companhia de Seguros Açoreana, SA	8

32 - Débitos para com Empresas Participadas

- Cabo TV Açoriana, SA	1.028
- SIBS - Soc.Interbancária de Serviços,SA	1
- SOGEO-Sociedade Geotérmica dos Açores,SA	2
- Norma Açores - Soc. Estudo Apoio Desenvolvimento Açores,SA	227
- Transinsular - Transportes Marítimos Insular,SA	102
- Banif Açor - Pensões - Sociedade Gestora de Fundo de Pensões,SA	204
- Companhia de Seguros Açoreana, SA	13.570

33 - Extrapatrimoniais

	06/2002	06/2001
- Garantias e Avals Prestados	71.678	57.426
- Crédito Documentários Abertos	1.762	2.221
- Cartas Crédito-Stand-by	5.004	5.379
	<u>78.444</u>	<u>65.026</u>

34 - Activos e Passivos em Moeda Estrangeira

O valor global dos Activos e Passivos em divisas corresponde, em 30/06/2002, a 312.317 e 311.907 milhares de euros respectivamente.

35 - Outras Notas

Não existem dívidas em situação de mora para com o Estado e outros Organismos Públicos.

As autoridades fiscais podem rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (dez anos no que se refere à Segurança Social). Devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, podem resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 1999 a 2001. Atendendo à natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

6.5. Anexo às Contas

No cumprimento das normas emanadas pelo Banco de Portugal, relativamente aos elementos para publicação oficial, explicam-se a seguir, pela respectiva ordem, as informações sobre as rubricas mencionadas no Balanço e na Demonstração de Resultados, referindo-se, quando for caso disso, as informações constantes das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (ponto 6.4).

- 1) Não foram efectuados quaisquer ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior.
- 2) Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam, no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.
- 3) As políticas e critérios valorimétricos encontram-se explicitados no número 1 do ponto 6.4.
- 4) Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor.
- 5) A avaliação efectuada no Balanço não difere, significativamente, das avaliações que têm por base o último preço de mercado conhecido antes da data de encerramento de contas.
- 6) Os montantes das Participações Financeiras encontram-se referidas no Inventário de Títulos e Participações Financeiras constantes do ponto 6.2., e no número 8 do ponto 6.4.
- 7) As “Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo” com vencimento em 2002 totalizam 1.766.740 euros encontram-se discriminadas no número 6 do ponto 6.4.
- 8) Os créditos sobre empresas participadas encontram-se discriminados no número 31 do ponto 6.4.
- 9) Não existem créditos sobre empresas coligadas.
- 10) O Inventário de Títulos e de Participações Financeiras, elaborado conforme modelo oficial, encontra-se inserido no ponto 6.2.
- 11) O desenvolvimento das Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas, elaborado de acordo com o modelo oficial, encontra-se inserido no ponto 6.3.

- 12) Os activos com carácter subordinado estão discriminados no Inventário de Títulos e de Participações Financeiras, inserido no ponto 6.2.
- 13) Não existem activos cedidos com acordo de recompra.
- 14) Os créditos correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo, desdobrados pelos seus prazos residuais, encontram-se discriminados nos números 4 e 5 do ponto 6.4.
- 15) No 1º semestre de 2002 não foram efectuadas reavaliações do Imobilizado Corpóreo.
- 16) Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, encontram-se referidas no mapa Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas, inserido no ponto 6.3.
- 17) Não foram introduzidas correcções ao Activo não imobilizado.
- 18) Os "Débitos para com Instituições de Crédito" e os "Débitos para com Clientes" encontram-se discriminados e desdobrados por prazos residuais nos números 14 e 15 do ponto 6.4.
- 19) Não existem obrigações em circulação, para além dos empréstimos subordinados referido no número 20 do ponto 6.4.
- 20) Os débitos para com Empresas Participadas encontram-se referidos no número 32 do ponto 6.4.
- 21) Não existem débitos para com Empresas Coligadas.
- 22) Os passivos subordinados do Banco referem-se aos empréstimos por obrigações de caixa subordinadas, conforme desenvolvido no número 20 do ponto 6.4.
- 23) Os Compromissos Perante Terceiros, encontram-se discriminados no número 33 do ponto 6.4.
- 24) Os compromissos assumidos em matéria de pensões e respectivas coberturas encontram-se desenvolvidos na alínea h) do número 1, do ponto 6.4.
- 25) Os saldos das provisões, encontram-se desenvolvidos no número 19 do ponto 6.4.

26) Os critérios utilizados na contabilização dos Títulos de Negociação e de Investimento e das Participações Financeiras estão referidos na alínea d) do número 1 do ponto 6.4.

26-A) Não existem operações sobre títulos a vencimento.

27) Os saldos das contas “Despesas com Custo Diferido”, “Proveitos a Receber”, “Receitas com Proveito Diferido” e “Custos a Pagar” encontram-se discriminados nos números 13 e 18 do ponto 6.4.

28)

a) Os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso e os adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso, encontram-se referidos no número 6 do ponto 6.4.

b) As diferenças entre o valor por que estão contabilizados os Títulos de Investimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores do mercado, encontram-se referidas no número 6 do ponto 6.4.

c) O banco não dispõe de títulos de negociação à data de 30 de Junho de 2002.

d) Não existem Títulos de Negociação com prejuízos ou lucros não realizados com origem na avaliação feita a preços de mercado.

29) Não foram subscritas acções no 1º semestre de 2002. Como explicado na Nota Introdutória, o accionista Região Autónoma dos Açores tem direitos especiais.

30) Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

31) Os valores referentes às rubricas “Outros Activos” e “Outros Passivos” encontram-se discriminados nos números 12 e 17 do ponto 6.4.

32) O Banco não administra quaisquer fundos em nome próprio, mas por conta de outrem.

33) Não existem operações a prazo por vencer , à data de encerramento do Balanço.

- 34) O efectivo de trabalhadores ao serviço foi de 447. No número 30 do ponto 6.4. discrimina-se a composição do Quadro de Pessoal.
- 35) As remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontram-se referidas no número 23 do ponto 6.4.
- 36) O Banco não dispõe de serviço de gestão e representação de terceiros com dimensão significativa.
- 37) Os Activos e Passivos expressos em moeda estrangeira, em 30 de Junho de 2002, constam do número 34 do ponto 6.4.
- 38) A distribuição de Proveitos por mercados geográficos encontra-se referida no número 28 do ponto 6.4.
- 39) As principais componentes das rubricas “Outros Custos de Exploração”, “ Perdas Extraordinárias”, “ Outros Proveitos de Exploração” e “Ganhos Extraordinários”, encontram-se referidas nos números 24, 25, 26 e 27, respectivamente, do ponto 6.4.
- 40) No 1º semestre de 2002, o Banco registou custos no montante de € 411.470,70 relativos a juros dos empréstimos subordinados emitidos. No 1º semestre de 2002, foram pagos juros dos referidos empréstimos no montante de €407.882,12 e encontram-se registados na conta de custos a pagar a importância de €92.204,83.
- 41) As diferenças entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal referente aos mesmos são, em milhares de euro, as seguintes:

Exercício	Carga Fiscal Imputada	Carga Fiscal paga	Diferenças
2000	1.643	128	1.515
2001	2.249	1.364	885
06/2002	1.015	----	1.015

- 42) Não há tratamento fiscal diferenciado entre os Resultados Correntes e os Resultados Extraordinários.
- 43) As contas do Banco são consolidadas na Banif– SGPS, SA como empresa-mãe do Grupo Banif.

- 44) O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados Membros da União Europeia.
- 45) O Balanço, em 30 de Junho de 2002, inclui equipamento informático adquirido em regime de locação financeira, relevado nas seguintes rubricas:
- Imobilizado Corpóreo-Valor Bruto= 246.601 euros referente ao custo de aquisição
 - Imobilizado Corpóreo-Amortizações acumuladas =61.650 euros.
- 46) Não existem compensações entre os saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas e de regularização.
- 47) As operações realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio ou que também sejam filiais da mesma empresa mãe, excluindo os juros recebidos ou pagos relativos a operações de crédito e a tomada e cedências de fundos nos mercados interbancários, geraram os seguintes valores de acordo com as respectivas rubricas da Demonstração de Resultados:

PROVEITOS	
3-Comissões	117
7-Outros Proveitos de Exploração	15
CUSTOS	
3- Prejuízos em Operações Financeiras	1
4-b) Fornecimentos e Serviços Terceiros	147

Todas as operações foram realizadas em condições normais de mercado.

- 48) O Banco tem em curso duas operações de titularização que se encontram descritas no número 5 do ponto 6.4.
- 49) As informações qualitativas e quantitativas sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência encontram-se desenvolvidas na alínea h) do número 1, do ponto 6.4.
- 50) Não existem outras informações, para além das apresentadas nestas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Anexo às Contas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira da instituição, dos riscos em que incorre e dos resultados.

6.6- Demonstração de Fluxos de Caixa em 30 de Junho de 2002

(milhares de euros)

1. Fluxos de Caixa da Actividade Operacional		
1.1. Resultado de Exploração		
Lucro do exercício	3,728	
Provisões para riscos de crédito	5,325	
Outras provisões	-693	
Amortizações do exercício	1,311	
Impostos	1,015	
Perdas excepcionais, líquidas	844	11,530
1.2 Variação nos Activos e Passivos Operacionais		
Aplicações em outras instituições de crédito	-685,173	
Aplicações em títulos	5,924	
Crédito a clientes	-58,573	
Outros activos	-488	
Contas de regularização activas	74	
Recursos de outras instituições de crédito	1,392,239	
Recursos de clientes	-22,446	
Outros passivos	-2,645	628,912
Total dos Fluxo da Actividade Operacional		640,442
2. Fluxos de Caixa da Actividade Investimento		
Aquisição de imobilizado	-1,458	
Venda de imobilizado	427	
Regularizações em Imobilizado	0	
Variação em participações financeiras	-1	
Mais valias obtidas na venda de imobilizado	441	-591
3. Fluxo de Caixa da Actividade de Financiamento		
Dividendos distribuídos	-1,557	
Utilização de provisões	-421	
Reposição de provisões	-2,383	
Ganhos excepcionais	-1,285	
Impostos	-1,015	
Aumento Capital	0	-6,661
		633,190
4. Fluxo de Caixa e Equivalentes		
Caixa e seus equivalentes no início do período	32,719	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	665,909	633,190

**6.7- Demonstração de Resultados por Funções
em 30 de Junho de 2002**

(milhares de euros)

	ANO	ANO ANTERIOR
Margem Financeira	15,376	14,821
Provisões para riscos de crédito	3,134	1,186
Margem Financeira Líquida	12,242	13,635
Comissões Líquidas	1,932	1,489
Outros Resultados de Exploração Líquidos	1,583	1,941
Margem de Serviços	3,515	3,430
Rendimento de Títulos	19	29
Rendimento de Participações Financeiras	329	61
Resultados de Operações Financeiras	1,346	95
Provisões para Depreciação de Títulos	345	-54
Amortização do "Goodwill"	0	0
Resultado Operacional antes dos custos de transformação	17,106	17,304
Custos com o Pessoal	7,177	8,140
Outros Custos Administrativos	4,261	3,174
Amortizações	1,311	1,050
Custos de Transformação	12,749	12,364
Resultado Operacional	4,357	4,940
Outras Provisões	-1,230	25
Resultados na Alienação de Participações Financeiras	0	0
Outros Resultados Extraordinários	-844	-53
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários	4,743	4,862
Impostos	1,015	1,213
Interesses Minoritários	0	0
Resultado Líquido	3,728	3,649
Resultado por Acção (em euros)	0.36	0.35
Nº Médio de Acções	10,378,473	10,378,473

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 246.º e demais legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2002, do **BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.**, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço em 30 de Junho de 2002 (que evidencia um total de 2.337.691 milhares de euros e um total de capital próprio de 77.929 milhares de euros, incluindo um resultado líquido após impostos de 3.728 milhares de euros), nas Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e na Demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação; (b) a apreciação sobre se são adequadas as políticas

contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (d) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (e) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas..
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO COMERCIAL DOS AÇORES, S.A.** em 30 de Junho de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas contidas é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Setembro de 2002

A. GÂNDARA, O. FIGUEIREDO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o N.º 4417 no Registo de Auditores da CMVM

Representada por:

Alfredo Guilherme da Silva Gândara